

INSTITUTO DE ESTUDOS SUPERIORES MILITARES

CURSO DE ESTADO-MAIOR

2005-2007



TRABALHO DE INVESTIGAÇÃO DE LONGA DURAÇÃO

**A Ásia como actor preponderante
na economia internacional – interpretação geoestratégica**

Pedro Miguel do Vale Cruz

Maj Inf

Presidente do Júri: Tenente-General José Luís Pinto Ramalho

Arguente Principal: Coronel Tirocinado António Noé Pereira Agostinho

Arguente: Tenente-Coronel José Augusto Amaral Lopes

Arguente: Major Abílio Augusto Pires Lousada

**ESTE TRABALHO É PROPRIEDADE DO INSTITUTO DE ESTUDOS
SUPERIORES MILITARES**

**ESTE TRABALHO FOI ELABORADO COM UMA FINALIDADE
ESSENCIALMENTE ESCOLAR, DURANTE A FREQUÊNCIA DE UM CURSO
NO INSTITUTO DE ESTUDOS SUPERIORES MILITARES,
CUMULATIVAMENTE COM A ACTIVIDADE ESCOLAR NORMAL. AS
OPINIÕES DO AUTOR, EXPRESSAS COM TOTAL LIBERDADE
ACADÉMICA, REPORTANDO-SE AO PERÍODO EM QUE FORAM
ESCRITAS, PODEM NÃO REPRESENTAR DOUTRINA SUSTENTADA PELO
INSTITUTO DE ESTUDOS SUPERIORES MILITARES.**

PROFESSOR ORIENTADOR:

**JOSÉ ALBERTO DIAS MARTINS
MAJ ART**

RESUMO

A **Ásia** corresponde a 30% da superfície continental da Terra e representa cerca de 60% da população mundial. Possui importantes recursos minerais e energéticos, sendo considerada, por vários analistas, como de interesse vital para a ***Economia Internacional*** deste século.

É neste contexto que se insere este trabalho, que procura fazer a interpretação ***geoestratégica*** das dinâmicas regionais que permitam identificar actores e as suas intenções, prospectivando a Ásia como actor mundial.

A metodologia assenta numa análise documental e em entrevistas a personalidades de mérito reconhecido nestas matérias. O modelo de análise utilizado é o do estudo dos factores geopolíticos/geoestratégicos, apoiado no método do estudo do Potencial Estratégico.

Desta análise verificou-se que as relações existentes entre os actores desta região são de grande rivalidade, pelo que o contexto geopolítico e geoestratégico da Região Asiática se caracteriza por ser uma zona de conflitualidade latente. Esta mesma conflitualidade é moderada pela presença dos Estados Unidos, que é o principal actor externo na região. Ainda assim, assistimos actualmente a um certo desanuviamiento, muito devido à grande interdependência económica entre os actores asiáticos, os Estados Unidos e a União Europeia. A ***China*** lidera o processo de expansão económica asiático, que a projecta para um patamar de paridade, ou mesmo superioridade, relativamente à maior economia de todas, a dos Estados Unidos da América.

No final deste trabalho apresentam-se as principais linhas de rotura e continuidade, em que o método dos cenários é utilizado como instrumento de prospectiva. Esta cenarização tem por base o actor China, procurando evidenciar as repercussões do seu desenvolvimento ou colapso, a uma escala regional e mundial.

ABSTRACT

Asia corresponds to 30% of the continental surface of the Earth and includes about 60% of the world population. It possesses important mineral and energy resources, being considered, for several analysts, as of vital interest to the **International Economy** of this century.

The aim of this study is to conduct a **geostrategic** interpretation of the regional dynamics, in order to identify actors and their intentions, predicting Asia as global actor.

The methodology used was based on a documental analysis and in interviews to experts in these matters. The analysis model used was the study of the geopolitical/geostrategic factors, combined with the method of the Strategic Strength.

Generally speaking we could assert that the existent relations between the actors of this area are of great rivalry, for that the geopolitical and geostrategic framework of the Asian Region is characterized by being an area of quiescent clash of interests. This conflict propensity is moderated by the presence of the United States, who is the most important external actor in the region. Nevertheless, at the present time we can state that, to a certain degree, relationships among the Asian actors are much more eased, a lot due to the great economic interdependence, including with the United States and the European Union. **China** leads the process of the unprecedented economic progress that has been made in Asian Region and if the Chinese would be capable to maintain this growth tendency, China could equal or even surpass the largest economy of all, the one of the United States of America.

In the end of this study the main rupture and continuity lines are revealed, based on the method of the sceneries. This prospective essay focuses mainly on the actor China, trying to demonstrate the repercussions of its development or collapse, to a regional and world scale.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, antes de mais, à minha família, Anabela e Rafael, pelo amparo nos momentos mais atribulados.

Ao Major Dias Martins pela permanente disponibilidade e inexcedível orientação.

Ao Major Falcão Lhano pela sua meticulosa revisão do texto e pertinência das sugestões. Tem sido um privilégio beneficiar da sua camaradagem.

Ao Major Gamito Torres e restantes camaradas do Curso de Estado-Maior 2005-2007 pelo precioso auxílio na elaboração deste trabalho.

Aos ilustres entrevistados pelo inestimável contributo.

À Direcção do Curso de Estado-Maior 2005-2007, nas pessoas do Coronel Martins Pereira e Tenente-Coronel Xavier de Sousa, pelo apoio e compreensão.

Ao Instituto de Estudos Superiores Militares, em especial ao seu Corpo Docente, pela competência na arte do ensino.

A Deus por mais uma oportunidade...

ÍNDICE GERAL

INTRODUÇÃO	1
I. ENQUADRAMENTO GEO-HISTÓRICO	6
I.1. ASEAN	6
I.2. China	7
I.3. Índia.....	9
I.4. Japão.....	10
I.5. Rússia	11
I.6. Síntese conclusiva	12
II. O CONTEXTO GEOPOLÍTICO E GEOESTRATÉGICO DA REGIÃO ASIÁTICA.....	13
II.1. China.....	13
II.2. Índia	18
II.3. Japão	21
II.4. Rússia.....	24
II.5. Síntese conclusiva.....	27
III. OS EUA E A UE NO CONTEXTO GEOPOLÍTICO E GEOESTRATÉGICO DA REGIÃO ASIÁTICA	28
III.1. Os EUA	28
III.2. A UE.....	31
III.3. Síntese conclusiva	34
IV. OS ACTORES DA REGIÃO ASIÁTICA COM PREPONDERÂNCIA NA ECONOMIA INTERNACIONAL	35
IV.1. ASEAN.....	35
IV.2. China	37
IV.3. Índia.....	41
IV.4. Japão.....	43
IV.5. Rússia	45
IV.6. EUA.....	46
IV.7. UE.....	48
IV.8. Síntese conclusiva	49
CONCLUSÕES.....	52
BIBLIOGRAFIA.....	57
APÊNDICES	66

ÍNDICE DE APÊNDICES

Apêndice A (Região Asiática).....	A-1
Apêndice B (Orçamentos de Defesa e Forças Militares)	B-1
Apêndice C (PIB da ASEAN).....	C-1
Apêndice D (Indicadores Económicos).....	D-1
Apêndice E (Mapa da Poluição da China)	E-1
Apêndice F (Cenários Prospectivos)	F-1

SIGLAS E ABREVIATURAS

APEC	<i>Asia-Pacific Economic Cooperation</i> (Cooperação Económica da Ásia-Pacífico)
ARF	<i>ASEAN Regional Fórum</i> (Fórum Regional da ASEAN)
ASEAN	<i>Association of Southeast Asian Nations</i> (Associação das Nações do Sudeste Asiático)
ASEM	<i>Asia-Europe Meeting</i> (Cimeira Ásia-Europa)
BRIC	Brasil, Rússia, Índia, China
CIA	<i>Central Intelligence Agency</i> (Agência Central de Informações)
DVD	<i>Digital Versatile Disk</i> (Disco Versátil Digital)
EUA	Estados Unidos da América
FMI	Fundo Monetário Internacional
IAEM	Instituto de Altos Estudos Militares
IDE	Investimento Directo Estrangeiro
IESM	Instituto de Estudos Superiores Militares
km	Quilómetros
km ²	Quilómetros quadrados
OMC	Organização Mundial do Comércio
ONU	Organização das Nações Unidas
PIB	Produto Interno Bruto
PPP	<i>Purchasing Power Parity</i> (Paridade do Poder de Compra)
SCO	<i>Shanghai Cooperation Organization</i> (Organização de Cooperação de Xangai)
TILD	Trabalho de Investigação de Longa Duração
UE	União Europeia
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
USD	<i>United States Dollars</i> (Dólares Norte-Americanos)

INTRODUÇÃO

“The real strategic centre is now in Asia”. Foi com esta afirmação peremptória que Thérèse Delpech¹ concluiu a sua apresentação sobre o Conceito Estratégico Europeu, aquando do Seminário Internacional sobre Defesa Europeia que decorreu no Instituto de Altos Estudos Militares (IAEM), a 06 de Abril de 2005.

Já no ano de 1900, um dos teorizadores do poder nacional do século XX, Friedrich Ratzel (1844-1904), considerava que o mar era o elemento unificador da cultura humana. Afirmou que o Oceano Pacífico, com a sua superfície de cerca de 175 milhões de quilómetros quadrados (km²), seria o oceano do futuro, e as nações que rodeiam o maior de todos os oceanos tornar-se-iam potências mundiais.

A Ásia, com uma área de 44 614 000 km², corresponde a 30% da superfície continental da Terra. Estende-se por 11 000 quilómetros (km), de leste a oeste, e por 8600 km, de norte a sul (Porto Editora, 2005). A linha definida pelos Montes Urais, Mar Cáspio e as montanhas do Cáucaso constitui-se como o limite ocidental, que faz fronteira com a Europa. A sul, o Canal do Suez separa-a do Continente Africano. A Ásia com os seus 3 896 700 000 habitantes², segundo dados de 2004, representa cerca de 60% da população mundial. Este continente possui importantes recursos minerais e energéticos. Além do petróleo, são igualmente significativas as reservas de gás natural, carvão, tungsténio e estanho.

É neste contexto que surge, no âmbito da Área de Ensino de Estratégia do Instituto de Estudos Superiores Militares (IESM), este Trabalho de Investigação de Longa Duração (TILD), que assume como objectivo de investigação a interpretação geoestratégica das dinâmicas regionais que nos permitam identificar actores e as suas intenções, prospectivando a Ásia como actor mundial. O TILD pretende igualmente dar contributos para a antevisão de algum Estado desta região que, pelo seu potencial, possa ter capacidade de alcançar uma situação económica de paridade, ou mesmo de superioridade, relativamente à maior economia mundial, a dos Estados Unidos da América (EUA).

A importância deste estudo deriva do facto da Ásia ser considerada, por vários analistas, como de interesse vital para a Economia Internacional deste século, que é caracterizada por uma grande interdependência. As maiores economias mundiais dependem justamente desta região. Aquando da Conferência proferida no IESM em Maio de 2006, o Director do Serviço de Informações Estratégicas de Defesa, Dr. João da Câmara, considerou como prioridade de estudo

¹ Directora do Departamento de Assuntos Estratégicos da Comissão Francesa de Energia Atómica de Paris.

² Disponível na WWW: <URL:<http://www.unescap.org>>.

esta região, precisamente pela sua emergência em termos económicos. Face a isto, reputa-se de relevante uma investigação desta temática pelos subsídios que poderá trazer para uma melhor compreensão do Mundo.

Importa, desde já, delimitar aquilo que, para efeitos deste trabalho se constitui como o espaço a estudar e que vamos designar por Região Asiática³. Assim, denominamos Região Asiática a área geográfica composta pelas seguintes sub-regiões, a saber: o Nordeste Asiático, de onde salientaremos países como a China, o Japão e a Rússia; o Sudeste Asiático, focando a nossa atenção na Associação das Nações do Sudeste Asiático (*Association of Southeast Asian Nations - ASEAN*), onde se incluem países como a Indonésia e a Tailândia; finalmente a sub-região da Ásia do Sul, com incidência para a Índia.

Em termos temporais, dado o dinamismo desta região, consideramos que este trabalho tem como data de fecho o dia 31 de Agosto de 2006.

Neste TILD daremos preeminência ao actor estatal, enquanto sociedade organizada de forma soberana, seguindo a classificação de Robert Cooper de Estados pré-modernos, modernos e pós-modernos (2006, p. 29). Apesar da importância crescente de outros actores que não os Estados, estes “ (...) são os mais importantes na actual política internacional, mas não têm o palco apenas para si próprios” (Nye, Jr., 2002, p. 10). Assim sendo, faremos também referência às organizações económicas mais relevantes, bem como ao papel das empresas multinacionais.

É pois sobre a Região Asiática que nos iremos debruçar, dando preponderância na nossa investigação à China, dada a dimensão económica que já possui e das potencialidades que lhe permitem assumir-se como uma impressionante nação emergente, sendo elevado o grau de incerteza da sua postura no “xadrez” mundial. Neste sentido, a análise comparativa efectuada ao longo deste trabalho é relativa ao Império do Meio⁴.

Para desenvolver o nosso estudo foi elaborada a seguinte questão central: “Em que medida a Região Asiática, identificada no presente trabalho, reúne características que lhe permitam assumir-se como actor preponderante na Economia Internacional”. Para proporcionar uma resposta cabal a esta questão foram elaboradas as seguintes questões derivadas:

Questão Derivada 1: Quais os principais antecedentes geo-históricos da Região Asiática, que auxiliam a compreensão da sua situação económica actual?

Questão Derivada 2: Qual é o contexto geopolítico e geoestratégico da Região Asiática?

Questão Derivada 3: Quais as dinâmicas geopolíticas e geoestratégicas dos EUA e da União Europeia (UE) na Região Asiática?

³ Ver Apêndice A – Região Asiática.

⁴ Designação histórica da China.

Questão Derivada 4: Quais os actores preponderantes na Economia Internacional pertencentes à Região Asiática?

Foram levantadas as seguintes hipóteses de investigação:

Hipótese 1: A percepção das mudanças de regime político e das políticas económicas auxiliam-nos na compreensão da situação económica actual da Região Asiática;

Hipótese 2: A Região Asiática caracteriza-se como sendo uma zona de conflitualidade latente e de profundas assimetrias, embora actualmente se assista a um desanuviamiento nas relações entre os actores em análise;

Hipótese 3: Os EUA e a UE constituem-se como os principais actores externos na Região Asiática, sendo essenciais para o seu equilíbrio geopolítico e geoestratégico;

Hipótese 4: São considerados actores preponderantes na Economia Internacional, pertencentes à Região Asiática, a ASEAN; a China; a Índia; o Japão e a Rússia.

Para atingir o objectivo anteriormente definido iremos proceder a uma análise documental, assumindo especial importância a permanente monitorização da Região Asiática, recorrendo sobretudo a fontes abertas, como os órgãos de comunicação social e a *Internet*. O facto das economias desta região estarem em constante evolução, exige um acompanhamento contínuo, para garantir a necessária actualização da situação. Também a realização de entrevistas a personalidades de mérito reconhecido nestas matérias, contribuirá sobremaneira para o enriquecimento deste trabalho. O modelo de análise utilizado é o do estudo dos factores geopolíticos/geoestratégicos considerados mais adequados, assente no método do estudo do Potencial Estratégico.

Estruturámos este trabalho de investigação em quatro capítulos, seguidos das respectivas conclusões. Assim, no Capítulo I, apresenta-se um enquadramento geo-histórico, centrado no século XX, para identificar os principais antecedentes históricos relativos à Região Asiática, que permitem uma melhor compreensão da sua situação económica actual. Para esse efeito efectua-se um recurso à história dos actores que, pela sua preponderância político-económica, são considerados mais relevantes. Assim, abordaremos a ASEAN, China, Índia, Japão e Rússia.

Já o Capítulo II aborda o contexto geopolítico e geoestratégico da Região Asiática, procurando identificar factores de poder e vulnerabilidades que permitam entender as relações de poder, conflitualidade e cooperação. Como resultado da revisão de literatura e das entrevistas efectuadas, considerámos quatro actores estatais que, dados os factores em análise, mais se destacam pelo seu potencial, concretamente a China, Índia, Japão e Rússia. Assim, analisamos o

Factor Físico, principalmente no que se refere à extensão e localização destes Estados, mas também para identificar os recursos naturais aí existentes. Pela influência directa que tem em todos os outros factores, sobretudo nesta região, torna-se indispensável analisar o Factor Humano. Finalmente é analisado o Factor Militar porquanto traduz uma componente importante da expressão do poder.

No Capítulo III é efectuada uma análise no sentido de determinar quais as dinâmicas geopolíticas e geoestratégicas dos actores externos à Região Asiática que exercem a sua grande influência neste espaço. Para efectuar esta análise escolhemos os EUA e a UE pelo importante papel que desempenham na região.

O Capítulo IV trata da questão de identificar e caracterizar os actores preponderantes na Economia Internacional pertencentes à Região Asiática. É feita uma análise do Factor Económico, abordando igualmente as considerações de ordem social mais pertinentes. Para que se possa estabelecer o quadro de interdependências, bem como a importância das economias da Região Asiática relativamente à Economia Internacional é efectuada uma caracterização das economias dos EUA e da UE, pelo peso que estas detêm na Economia Internacional. São assim abordadas as economias da ASEAN, China, Índia, Japão e Rússia.

Terminamos este trabalho com uma síntese conclusiva dos resultados obtidos, apresentando igualmente as principais linhas de rotura e de continuidade apoiando-nos no método dos cenários. Esta cenarização dá especial relevo à China, pelos motivos atrás invocados, procurando destacar as repercussões do seu desenvolvimento ou colapso, a uma escala regional e mundial.

Interessa agora apresentar um corpo de conceitos adoptados no âmbito deste trabalho de investigação, que assumem pertinência para uma melhor compreensão do mesmo.

Assim apresentamos uma definição contemporânea de Economia, segundo Paul Anthony Samuelson, Prémio Nobel de Economia de 1970. “*A Economia é a ciência que se preocupa com o estudo das leis económicas que devem ser seguidas para que seja mantido um nível elevado da produtividade; melhorado o padrão de vida das populações e empregues correctamente os recursos escassos*”⁵. Como constatamos estamos perante um conceito de recursos escassos face a necessidades ilimitadas e já não tanto sobre a problemática da criação, distribuição e consumo de riqueza.

Se quisermos então definir Economia Internacional, de acordo com a Direcção de Serviços de Prospectiva, do Ministério das Finanças (2003, p. 3), podemos dizer que se trata da “*análise*

⁵ Disponível na WWW: <URL:<http://www.economiabr.net>>.

do comportamento de sistemas e fluxos que estruturam o espaço de relacionamento internacional entre as economias, nomeadamente no que se refere ao sistema monetário internacional e à situação cambial, ao comércio internacional, ao investimento directo e ao investimento de carteira, aos mercados de capitais, aos preços das matérias-primas, aos transportes internacionais, aos movimentos migratórios internacionais, etc.” Para todos os efeitos, Economia Internacional e Economia Mundial são considerados sinónimos.

Estamos agora em condições de considerar a Geoeconomia, de acordo com Defarges (2003, p. 133), como a ciência que *“examina as interacções entre o homo economicus e o espaço: o peso dos factores espaciais na produção e nas trocas humanas, a utilização do espaço pelo homem, para o deslocamento das suas actividades económicas”*.

Por considerarmos um conceito recorrente neste tema, procurámos encontrar objectivamente o significado de actor preponderante. Para isso socorremo-nos do Dicionário de Relações Internacionais (Sousa, 2005, p. 5), conjugado com o Dicionário da Língua Portuguesa (Porto Editora, 1999, p. 1319). Assim, como conceito adaptado, considera-se que actor preponderante é todo o agente que tendo maior peso, possui a capacidade para intervir e decidir nas relações que se estabelecem no sistema internacional, fruindo de uma certa autonomia, a sua influência extravasa a escala regional. Consegue submeter outros actores às consequências de acontecimentos que estes não controlam.

I. ENQUADRAMENTO GEO-HISTÓRICO

“ A Ásia nunca deixou de ter enorme relevância estratégica” (Santos, 2006, p. 79). Nesta fase, importa efectuar um enquadramento para identificar quais os principais antecedentes geo-históricos da Região Asiática, desde o século XX, que auxiliam a compreensão da sua situação económica actual. Para tal iremos analisar os actores considerados historicamente mais relevantes desta região. A escolha destes actores prende-se com a sua preponderância político-económica, pelo que faremos uma análise de cada um deles, para no final elaborarmos a necessária síntese conclusiva. Servimo-nos, portanto, do Factor Histórico enquanto elemento acelerador/frenador. Assim, abordaremos a ASEAN, uma organização que congrega os dez países do Sudeste Asiático e tem sabido ultrapassar as diferenças significativas existentes nos sistemas políticos e económicos dos seus países-membros, contribuindo para o crescimento desta sub-região. Os restantes actores, concretamente China, Índia, Japão e Rússia, possuem um registo histórico profundamente interligado, muitas vezes, como veremos, marcado por períodos de guerra entre eles.

I.1. ASEAN

A ASEAN é uma organização regional criada essencialmente com o objectivo de promover a cooperação económica entre os países do Sudeste Asiático. É composta por países de pequena a média dimensão, sendo o seu objectivo principal “(...) a criação de um grande mercado comum do Sudeste Asiático tendo por modelo a UE, que possa estar em funcionamento em 2020” (Correia, 2004, p. 423).

A ASEAN foi criada a 08 de Agosto de 1967, em Banguecoque, por cinco países do Sudeste Asiático, as Filipinas, a Indonésia, a Malásia, Singapura e a Tailândia. A Declaração da ASEAN, também conhecida por Declaração de Banguecoque⁶, esclarece as razões que presidiram à instituição desta Associação de Cooperação Regional⁷. Logo no seu preâmbulo afirma existirem interesses mútuos e problemas comuns entre os países do Sudeste Asiático, devendo por isso ser estreitados os laços de solidariedade e cooperação regional. Esta cooperação seria estabelecida de acordo com um espírito de parceria e igualdade, contribuindo assim para se alcançar a desejada paz, bem como o progresso e a prosperidade na região. Estas nações reconheciam que o seu bem-estar económico, a justiça social, a paz e a liberdade seriam mais facilmente alcançados através da cooperação entre os países desta região pelas suas raízes históricas e culturais comuns.

⁶ Disponível na WWW: <URL:<http://www.aseansec.org>>.

⁷ Ela foi criada inicialmente, com o apoio americano, segundo uma lógica anticomunista.

O seu alargamento só aconteceu em 1984, aquando da adesão do Brunei. Em Julho de 1995 foi a vez do Vietname ser admitido à ASEAN e em Julho de 1997 o Laos e Myanmar⁸ também aderiram à Associação. Foi nesse mesmo ano de 1997 que o então denominado “milagre económico” asiático deu lugar a uma grave crise financeira “(...) *que contribuiu para o declínio da parte asiática no comércio mundial*” (Gresh, 2004, p. 22). Esta crise afectou não apenas os membros da ASEAN, mas muitos outros países asiáticos. O milagre dava lugar ao pesadelo, não apenas ao nível económico e financeiro, mas também ao nível político e social. A falta de homogeneidade entre os países-membros, nomeadamente em termos económicos, não possibilitou à ASEAN reduzir o impacto desta crise. A competitividade económica da ASEAN sofreu um rude golpe e a sua incapacidade de lidar com esta situação originou a consequente perda de relevância e credibilidade da Associação.

Ainda assim, após a resolução dos conflitos existentes no Camboja, a ASEAN decidiu admitir este país em Abril de 1999. Estava concretizada a aspiração de incluir todos os dez países do Sudeste Asiático, passados que estavam quase 32 anos desde a sua fundação.

I.2. China

Depois de implantada a República⁹, no início do século XX, mais propriamente a 01 de Janeiro de 1912, a China atravessou um período conturbado, caracterizado pelos múltiplos conflitos internos causadores de um ambiente de guerra civil latente. Em 1927 as Forças Armadas, sob o comando de Chiang Kai-Shek, desencadearam o processo de reunificação da China, procurando eliminar aqueles que pretendiam estabelecer um regime comunista. Com um país dividido, os chineses tiveram de enfrentar a crescente pressão do imperialismo japonês, que se materializou em Setembro de 1931, quando tropas japonesas invadiram a Manchúria e mais tarde toda a China Central e Oriental, provocando um elevado número de mortos. Após a expulsão dos japoneses no final da Segunda Guerra Mundial, continuou a guerra civil entre os comunistas e os nacionalistas¹⁰ que terminou em 1949, com a derrota e subsequente expulsão dos últimos para Taiwan. Em 01 de Outubro de 1949, Mao Zedong, líder do Partido Comunista, proclamou em Pequim a República Popular da China, instituindo um sistema político socialista. O Império do Meio vivia agora um período de completo domínio estatal. Este poder burocrático e totalitário não atendia às necessidades da sociedade, travando quaisquer esforços de iniciativa privada. Em 1955 existiam aproximadamente 888 000 empresas privadas na China. Passado um

⁸ Anteriormente designado por Birmânia.

⁹ Substituindo desta forma o Governo Imperial Manchu.

¹⁰ As duas partes tinham unido esforços para derrotar os japoneses, com as forças comunistas a conduzir acções de guerrilha sobretudo a norte e a este da China.

ano, 879 300 dessas empresas foram nacionalizadas pelo Governo (Zhibin, 2005, p. 247). Em Xangai, considerada como a mais antiga capital de negócios da Ásia, o comércio privado simplesmente desapareceu. A China era completamente dominada pelo Governo, assentando a sua economia na agricultura, sendo uma sociedade impenetrável ao exterior. A livre troca de bens e serviços, bem como a circulação de pessoas não estavam autorizadas. Viajar requeria mesmo que se levassem umas senhas especiais para serem usadas por todo o país. A estratificação social era uma realidade.

Durante este período, a China esteve envolvida em vários conflitos. Em 1950 ocupou o Tibete, para de seguida intervir militarmente na Guerra da Coreia. Também forneceu apoio às forças do Vietname do Norte na Guerra da Indochina. Envolveu-se igualmente em disputas fronteiriças com a Índia (Porto Editora, 2005).

Durante a década de 50, a China manteve um bom relacionamento com a União Soviética, sobretudo devido à sua convergência ideológica e também económica. Contudo, o fracasso do primeiro plano quinquenal (1953-1957) e as divergências respeitantes às políticas de luta contra o capitalismo e imperialismo, associadas às reivindicações territoriais, marcaram o fim da cooperação entre estes dois países. Nesse sentido, com o propósito de desenvolver uma reforma económica que fosse específica dos Chineses, foi dado o Grande Salto em Frente (1958-60). Em 1966, Mao Zedong implementou a sua Revolução Cultural (1966-1976), tendo como finalidade a transformação da China numa sociedade verdadeiramente sem classes, que seguisse os ensinamentos do chamado Livro Vermelho. Nessa linha, em 1970, foi implementado um severo programa de planeamento familiar, a política do filho único, iniciando-se assim um processo gradual de envelhecimento da população chinesa (Porto Editora, 2005). Em finais da década de 70 o país encontrava-se na iminência de enfrentar uma situação de bancarrota, em que a escassez de produtos era um facto, podendo uma simples, mas indispensável, bicicleta custar o equivalente aos rendimentos mensais de um trabalhador médio (Zhibin, 2005, p. 226). Mao morre em 1976, abrindo caminho aos agentes da mudança.

A Reforma chinesa teve início em finais de 1978 orquestrada por Deng Xiaoping. Ela visava essencialmente orientar a China para uma economia de mercado. Uma das medidas que foi implementada foi a supressão da chamada Comuna Popular. Este sistema comunal tinha sido instituído em 1958 e provocou uma grave crise alimentar. Os alimentos escasseavam e foi o descontentamento dos camponeses que contribuiu para a mudança. Só em meados dos anos oitenta é que a China conheceu um novo período em termos comerciais, uma vez que a fome já não era um problema. Foram então criadas zonas económicas especiais que serviriam de ensaio às reformas económicas.

Os massacres da Praça Tiananmen, em Pequim, no ano de 1989, que causaram a morte a centenas de estudantes que exigiam a democracia, foram elucidativos da vontade em manter o regime político, independentemente das reformas económicas em curso. Apesar de tudo, a Reforma permitiu a reabertura de muitas universidades e a postura do Governo, de estímulo à propriedade privada, deu origem às mudanças que se verificaram depois na economia chinesa. Deng Xiaoping, com o seu reconhecido pragmatismo, implementou aquilo que designou por uma economia socialista de mercado, ou seja, um país, dois sistemas. O facto do crescimento do Produto Interno Bruto (PIB)¹¹ dos anos de 1993 e 1994 ter sido o maior a nível mundial (Porto Editora, 2005), com valores na casa dos 13%, é ilustrativo do crescimento económico chinês.

A Crise Financeira Asiática de 1997, revelou-se decisiva para a China. Apesar de não ter um impacto significativo na China, devido à sua menor integração nos mercados internacionais de capitais, implicou um abrandamento da economia chinesa em 1998. Face a esta conjuntura, o Governo aplicou uma política orçamental expansionista e prosseguiu na via de uma maior integração na economia global mediante o acordo alcançado com os EUA, o que possibilitou a posterior adesão da China à Organização Mundial do Comércio (OMC).

I.3. Índia

Desde 1757 que a Índia integrou o, então designado, Império Colonial Britânico. A independência do país só foi reconhecida em 1947, após um longo período de luta, caracterizado pela não-violência, sob a liderança de Mohandas Karamchand Gandhi. Contudo o território do país foi dividido, surgindo o novo Estado muçulmano do Paquistão, tendo as tensões entre esta etnia e os hindus provocado centenas de mortos (Porto Editora, 2005).

Em Janeiro de 1948, Gandhi foi morto a tiro por um fanático hindu, iniciando o sinistro rol de assassinatos de líderes indianos. É assim que Jawaharlal Nehru ocupa o cargo de primeiro-ministro indiano. No seu Governo e ao nível económico, foi introduzida, na década de 60, a chamada Revolução Verde para reformar a agricultura indiana. Este programa, que provocou o aumento da procura de fertilizantes químicos, contribuiu para evitar a fome da população, permitindo a criação de uma reserva de cereais que compensasse os maus anos agrícolas.

No ano de 1965 houve um reacendimento dos confrontos com o Paquistão, tendo o cessar-fogo sido obtido pela mediação da Organização das Nações Unidas (ONU). Entretanto, a filha de Nehru, Indira Gandhi, ascende ao poder um ano depois, conseguindo manter um Governo

¹¹ Neste trabalho, os valores do PIB referem-se em Paridade do Poder de Compra (*Purchasing Power Parity* - PPP). Neste sistema, o PIB é convertido para dólares internacionais, usando as taxas de paridade do poder de compra. O índice PPP mede o poder de compra de um dólar internacional, quando comparado com o poder de compra que um dólar tem nos EUA.

estável. Logo em 1971 eclodiu uma nova guerra entre a Índia e o Paquistão. As tréguas entre as partes foram alcançadas em Dezembro. Nesse mesmo ano, o até então denominado Paquistão Oriental tornou-se uma república independente passando a chamar-se Bangladesh.

Novos conflitos étnicos e religiosos surgiram devido às pretensões da minoria religiosa *sikh* de tornar independente a região do Punjab. Em 1984, Indira Gandhi foi assassinada por dois oficiais *sikhs*, tendo sido nomeado o filho, Rajiv Gandhi, como sucessor. Este foi igualmente assassinado em 1991. Durante o período da Guerra Fria a Índia conseguiu, pela sua política de não alinhamento, manter uma relativa neutralidade, não se ligando a nenhum dos dois blocos antagonistas.

A Índia iniciou tarde as suas reformas económicas. Apenas em 1991, o primeiro-ministro Narasimha Rao, iniciou um programa de reformas, que incluiu a liberalização económica, privatizações dos monopólios estatais e facilidades ao investimento estrangeiro. Em 1999, com a mudança de poder político, essas reformas foram aceleradas, abolindo algumas das regras que ainda limitavam o investimento estrangeiro (Cohen, 2000).

I.4. Japão

A vitória dos japoneses na Guerra russo-japonesa de 1904 e 1905 marca a surpreendente ascensão do Japão ao estatuto de potência mundial. As suas pretensões imperialistas levaram-no, em 1910, a anexar a Coreia. No entanto, o Japão, que vivia apertado num território pobre em recursos naturais, sofrera um duro golpe em consequência da Grande Depressão de 1929. Para alimentar uma população que aumentava constantemente, cerca de um milhão de habitantes por ano, e para continuar a desenvolver a sua indústria necessitava urgentemente de novos mercados e novas matérias-primas. Assim, em 1931, ocupou a Manchúria, para no ano de 1937 lançar a sua invasão à China. Por fim, os japoneses, em 1941, atacam as forças norte-americanas em Pearl Harbor e estendem a sua invasão ao Sudeste Asiático.

Depois da sua derrota na Segunda Guerra Mundial, o Japão, agora aliado dos EUA, transformou-se numa potência económica. Após três décadas de galopante crescimento¹², a economia japonesa sofreu um abrandamento a partir dos anos 90 do século passado, registando uma taxa média de crescimento económico de apenas 1,7%. Este revés, deveu-se sobretudo aos efeitos do investimento excessivo em finais dos anos 80 e das políticas internas tendentes a disciplinar os mercados bolsistas e imobiliários (CIA, 2006). Devido à pressão internacional o mercado japonês reduziu finalmente, em 1994, as restrições proteccionistas que até então tinham

¹² Com uma taxa média de crescimento económico de 10% na década de 60, de 5% na década de 70 e de 4% na década de 80 (Agência Central de Informações - *Central Intelligence Agency* - CIA, 2006).

caracterizado a economia nipónica, abrindo-se aos produtos estrangeiros (Porto Editora, 2005).

Passados os tempos de franca prosperidade e riqueza, há mais de uma década que a economia japonesa tem atravessado um período conturbado. Existem actualmente indícios que esta situação esteja a alterar-se, sendo previsível a sua retoma económica.

I.5. Rússia

O conflito armado que opôs os russos aos japoneses, entre 1904 e 1905, foi devido, essencialmente, às pretensões expansionistas da Rússia na Ásia Oriental, o que colidiu com os interesses japoneses nessa região. Após a derrota dos russos, o país foi varrido por uma onda de graves distúrbios populares, instaurando-se um clima de grande instabilidade social que originou a destituição do czar em Março de 1917. Em Novembro desse mesmo ano, os socialistas radicais, denominados bolcheviques, sob a liderança de Lenine, tomam o poder dando início a uma guerra civil que só termina em 1920. Com a derrota dos socialistas moderados, foram criadas as condições para o surgimento da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), tendo como epicentro a Rússia.

Já com Estaline no poder, a URSS consolidou o seu papel como potência mundial, sobretudo após a Segunda Guerra Mundial. Após várias décadas de estagnação económica, a União Soviética, sob a presidência de Mikhail Gorbachev, viu introduzidas as políticas da *perestroika*¹³ e *glasnost*¹⁴, enquanto reformas que visavam a modernização da economia soviética. Contudo, estas reformas tiveram como efeito imprevisível a própria implosão da União, dando-se o seu desmembramento em 1991. Tal facto “(...) *permitiu à China uma oportunidade ideal para estabilizar a sua fronteira continental*” (Carriço, 2006, p. 616).

Coube a Boris Ieltsin, eleito presidente em Junho de 1991, conduzir os destinos da nova Federação Russa. Procurou implementar um sistema político democrático, abrindo-se à economia de mercado. Contudo, as suas aspirações de ocidentalizar a Rússia encontraram uma feroz oposição por parte dos deputados conservadores russos. A invasão militar russa da Tchetchénia, em 1994, foi alvo de duras críticas, quer internamente, quer por parte da comunidade internacional. Por seu lado, a Rússia manifestava a sua apreensão relativamente ao alargamento da esfera de influência da Organização do Tratado do Atlântico Norte aos países de leste, enquanto procurava consolidar a sua liderança na, entretanto criada, Comunidade de Estados Independentes¹⁵ (Porto Editora, 2005).

¹³ Reestruturação.

¹⁴ Transparência.

¹⁵ Comunidade que pretendia efectuar uma recomposição do espaço estratégico ex-soviético (Boniface, 2005, p. 109)

Ultimamente e tendo como chefe de Estado Vladimir Putin, eleito em 2000, registaram-se importantes progressos económicos na Rússia, apesar de assistirmos a uma tendência crescente para a centralização de poderes e para a desconsideração pelas instituições democráticas (CIA, 2006).

I.6. Síntese conclusiva

Desde o início do século XX até aos nossos dias, os cinco actores da Região Asiática que atrás analisámos, estiveram envolvidos em profundas transformações.

A ASEAN consolidou, em cerca de três décadas, o seu alargamento a todos os dez países do Sudeste Asiático, adaptando-se às diversidades dos seus membros. Já a China, depois do desastre económico que foi a vigência de Mao Zedong, conseguiu implementar a sua Reforma, lançando os alicerces para a sua emergência económica. Constatamos que, embora esta Reforma não tenha alterado formalmente o sistema político da China, ela modificou radicalmente a sua economia, permitindo a sua integração na Economia Internacional. A Índia após a sua independência, apesar dos conflitos internos, conseguiu algum sucesso económico, principalmente na agricultura. Com as reformas económicas iniciadas em 1991, deu o passo decisivo para se transformar numa economia de mercado. O Japão, após a Segunda Guerra Mundial, transformou-se numa potência económica. Após três décadas de crescimento acelerado, a economia japonesa sofreu um abrandamento a partir dos anos 90. Quanto à Rússia, após várias décadas de estagnação económica, sob a liderança de Estaline, iniciou um processo de reformas que levaram ao colapso da URSS. Seguiu-se um período de grandes dificuldades económicas. Actualmente, a economia russa começa já a dar sinais de crescimento.

A História destes actores está, como pudemos verificar, profundamente interligada, não obstante terem existido alguns períodos de maior isolacionismo. Este quadro socio-político tem tornado a região historicamente instável, conturbada e estratificada.

Podemos então afirmar que, de um modo geral, os principais antecedentes geo-históricos, que nos auxiliam na compreensão da situação económica actual destes actores, são essencialmente a percepção das mudanças de regime político e das políticas económicas. Fica assim validada a Hipótese 1.

II. O CONTEXTO GEOPOLÍTICO E GEOESTRATÉGICO DA REGIÃO ASIÁTICA

Neste capítulo contextualizamos, de uma forma necessariamente sucinta, em virtude das dimensões deste trabalho, a Região Asiática, segundo uma perspectiva Geopolítica e Geoestratégica. Em resultado da revisão de literatura e das entrevistas efectuadas, considerámos quatro actores estatais que, dados os factores em análise, mais se destacam pelo seu potencial. Assim analisámos o Factor Físico uma vez que estamos na presença de alguns dos países com a maior extensão a nível mundial. Também se reveste de especial pertinência determinar os recursos naturais existentes. Torna-se igualmente essencial analisar o Factor Humano, porquanto ele tem influência directa em todos os outros factores, sendo um elemento multiplicador de potencial e de leitura subjectiva. Esta região em concreto possui os países mais populosos do planeta. Além dos aspectos quantitativos, importa também estudar o que concerne aos aspectos qualitativos da população. Finalmente o Factor Militar traduz uma componente importante da expressão do poder.

II.1. China

A República Popular da China é um país da Ásia Oriental composto por 23 províncias¹⁶, cinco regiões autónomas¹⁷ e quatro municípios. Possui ainda as chamadas regiões administrativas especiais de Hong Kong e Macau¹⁸. A sua capital é Pequim.

II.1.1. Factor Físico da China

A China possui uma área total de 9 596 960 km², sendo o quarto¹⁹ maior país do Mundo (CIA, 2006). Estende-se por 5 500 km de norte a sul e 5 000 km de este a oeste. A sua localização é predominantemente continental, embora a sua faixa marítima, com 14 500 km seja igualmente considerável.

O relevo da China é caracterizado por ser, a oeste, maioritariamente montanhoso com planaltos elevados e a este pelo predomínio das planícies, com destaque para a planície da Manchúria. A sul encontram-se os vales dos grandes rios chineses, zona de solos férteis do ponto de vista agrícola, apesar de apenas cerca de 10% da superfície total ser cultivável.

Devido à abundância e caudal dos seus rios, a China possui importantes recursos hidroeléctricos. Pela sua relevância, importa referir o YangTze, onde se localiza a Barragem das Três Gargantas que constitui o maior projecto hidroeléctrico mundial. É o rio mais longo da China, constituindo-se como a principal via de comunicação fluvial, permitindo a navegação de

¹⁶ A 23ª província é considerada, pela China, como sendo Taiwan.

¹⁷ Nas quais se inclui o Tibete.

¹⁸ Hong Kong foi incorporado na China a 01 de Julho de 1997 e Macau a 18 de Dezembro de 1999.

¹⁹ Após a Rússia, o Canadá e os EUA.

navios de grande tonelagem. Além deste, destacam-se o Rio Amarelo e o Rio Amur. Existe também um proeminente rio artificial designado por Grande Canal, que percorre uma extensão de cerca de 1 800 km de Pequim a Hangzhou.

O clima na China é de facto muito variado, desde o tropical húmido do tipo monção no sul e sudeste, ao continental no norte e no interior. Junto à fronteira com a Mongólia o clima é desértico. As catástrofes naturais como tufões, maremotos e cheias são frequentes, estimando-se que, nas costas a sul e a leste, ocorram em média cinco tufões por ano. O exemplo mais recente foi o do tufão Bilis²⁰ que atingiu o país a 14 de Julho de 2006, causando pelo menos 612 mortos e mais de duas centenas de desaparecidos, tendo nove milhões de pessoas sido afectadas por inundações e aluimentos de terra, segundo a agência de notícias oficial chinesa *Xinhua*²¹.

As principais cidades chinesas são Pequim e Xangai, ambas com mais de seis milhões de habitantes. Os seus portos principais estão espalhados ao longo de toda a extensão da sua costa.

O país dispõe de um total de 1 809 829 km de estradas e de 71 898 km de vias-férreas. O seu sistema de oleodutos cobre uma distância total de 14 478 km enquanto que o de gasodutos percorre na sua totalidade 15 890 km (CIA, 2006). Face à dimensão do território e às suas ambições económicas, os sistemas de comunicações de transporte são ainda insuficientes, mantendo-se a prioridade para os sistemas ferroviário e marítimo.

Os recursos naturais principais da China são o carvão, o ferro, o petróleo e o gás natural. A indústria extractiva engloba também o cobre, mercúrio, alumínio, chumbo, zinco e urânio. Ela é a maior produtora de aço do Mundo sendo responsável por cerca de um terço da produção mundial (CIA, 2006).

II.1.2. Factor Humano da China

A China é o país mais populoso do Mundo. Nos últimos 400 anos a população chinesa aumentou dos 100 milhões para os 1 300 milhões de habitantes, o que corresponde a uma densidade populacional²² de cerca de 132,6 habitantes/km² (Porto Editora, 2005). Actualmente possui uma taxa de crescimento populacional que ronda os 0,59% (CIA, 2006). Shenzhen, por exemplo, que era uma pequena cidade de 20 000 habitantes em 1979, tem agora um número de residentes estimado em 7 milhões (Zhibin, 2005, p. 187).

A estrutura da população por idade é de 20,8% até aos 14 anos, 71,4% têm entre 15 e 64 anos e 7,7% têm mais que 65 anos. Uma das consequências demográficas a que começamos a assistir, devido à política do filho único, é o facto da China se ter tornado num dos países com

²⁰ O quarto a atingir o sul da China em 2006 e um dos mais mortíferos tufões a abater-se sobre a China nos últimos anos.

²¹ Disponível na WWW: <URL:http://www.chinaview.cn>.

²² Hong Kong é, a nível mundial, o local que apresenta maior densidade populacional, com cerca de 5 600 habitantes por km².

uma das maiores taxas de envelhecimento. A esperança média de vida na China é de 72,58 anos (CIA, 2006).

A distribuição geográfica da população chinesa não é uniforme. Verifica-se uma maior concentração nas zonas urbanas, sobretudo nas regiões este e sudeste, o que acarreta a existência de diferentes níveis de desenvolvimento entre a faixa urbana litoral e o interior marcado pelo êxodo rural.

No que diz respeito aos grupos étnicos, a etnia chinesa *han* é maioritária com 91,9%. Os restantes 8,1% encontram-se distribuídos por diversas etnias (CIA, 2006), é pois um país multi-étnico²³. A língua mais falada na China é o chinês ou mandarim, que é o idioma oficial, embora na prática, quase todas as etnias utilizem a sua própria língua. A taxa de analfabetismo²⁴ situa-se nos 9,1%. Embora a China seja oficialmente ateu, com cerca de 70% da população a não professar qualquer religião, existem 20% de seguidores das crenças populares. Os budistas são 6% e os cristãos equivalem a 3%, enquanto que os que professam a religião muçulmana estão estimados em 1% a 2% (Porto Editora, 2005).

Além da questão da autodeterminação do Tibete, assistimos actualmente à existência de movimentos separatistas na província ocidental de Xinjiang, cuja população é de maioria muçulmana. No entanto, os discursos oficiais dos responsáveis políticos, quer do presidente Hu Jintao²⁵, quer do primeiro-ministro Wen Jiabao²⁶ continuam a promover o nacionalismo²⁷, o que, apesar da existência de diferentes etnias, contribui para a manutenção de um sentimento de unidade relativamente à nacionalidade chinesa. Tal atitude visa criar um efeito de coesão social interna, tendo igualmente impacto na influente e numerosa diáspora chinesa, para que esta invista na sua pátria.

II.1.3. Factor Militar da China

II.1.3.1. Estruturas Militares

As Forças Armadas Chinesas são as mais numerosas do Mundo. O Exército Popular de Libertação, com cerca de 2 255 000 militares, inclui as Forças Terrestres, a Marinha, a Força Aérea e o II Corpo de Artilharia, a sua Força de Mísseis Estratégicos. Integra ainda a Polícia Armada Popular, a Reserva e Forças de Milícia. O serviço militar é obrigatório para os cidadãos entre os 18 e os 22 anos de idade, por um período de 24 meses. Todos os oficiais são voluntários (CIA, 2006).

²³ Em 2000, existiam 105 milhões de pessoas que não pertenciam à etnia *han* (Gresh, 2004, p. 158).

²⁴ Definida como a percentagem da população acima dos 15 anos que não sabe ler nem escrever.

²⁵ É o Chefe de Estado da China desde 15 de Março de 2003.

²⁶ É o Chefe do Governo desde 16 de Março de 2003.

²⁷ A história das humilhações provocadas à China pelos japoneses e por alguns países ocidentais é insistentemente relembrada.

Este Exército Popular dispõe de um peso muito significativo pelo seu desempenho durante a Guerra Civil e na luta contra os japoneses (Tomé, 2006, com.pess.). Não se pode igualmente esquecer o importante papel do mesmo na manutenção da actual situação política, reprimindo prontamente quaisquer desejos de uma maior abertura democrática²⁸. A China dispõe de capacidade nuclear desde meados dos anos 60. Desde a Guerra do Golfo de 1991 que ela procura modernizar as suas Forças Armadas aumentando o seu orçamento militar em mais de 10% ao ano. A partir de 1992 a China tornou-se o cliente principal da indústria militar russa (Gresh, 2004, p. 155).

Em 2005 a China gastou 81,48 mil milhões de Dólares Norte-Americanos (*United States Dollars* - USD) em despesas militares²⁹, o que corresponde a 4,3% do seu PIB (CIA, 2006). A Rússia é o seu principal fornecedor de armamento.

II.1.3.2. Disputas Territoriais e Alianças

A questão da controversa região de Caxemira³⁰, actualmente sob administração da China, da Índia e do Paquistão, permanece sem resposta. A Índia não reconhece a cedência efectuada em 1964 de terras de Caxemira à China por parte do Paquistão. Em 2005 a China e a Índia iniciaram conversações³¹ no sentido de encontrar soluções para os problemas relativos às suas fronteiras que motivam as consequentes disputas territoriais. Também as fronteiras chinesas com a Coreia do Norte e com o Vietname não estão perfeitamente definidas. Em 2005 a China e a Rússia demarcaram as fronteiras³², há muito contestadas, entre as Ilhas Amur, Argun e Ussuri (CIA, 2006).

Os Chineses têm vindo a dedicar particular atenção ao seu espaço marítimo enquanto região de projecção política e de desenvolvimento económico, o qual sendo uma fonte de recursos naturais, se constitui como fonte de poder. Assim, tem procurado expandir o seu poder marítimo, abandonando as teorias exclusivistas de potência continental. Pretende essencialmente garantir o controlo das rotas de tráfego marítimo e o acesso a recursos naturais, estando envolvida em vários diferendos. Reclama soberania sobre as Ilhas Spratly³³, conjuntamente com as Filipinas, Malásia, Indonésia, Vietname, Brunei e Singapura. Ocupa algumas das Ilhas Paracel, também reclamadas por Taiwan e pelo Vietname. Afirma ainda o seu direito histórico

²⁸ Como foi evidenciado nos acontecimentos da Praça de Tiananmen em 1989.

²⁹ A segunda maior despesa a seguir aos EUA. Ver Apêndice B – Orçamentos de Defesa e Forças Militares.

³⁰ Estado do noroeste da Índia onde existe uma maioria religiosa muçulmana. Foi uma monarquia independente durante o domínio britânico.

³¹ Muito devido ao incremento das relações económicas entre os dois países.

³² A extensão da fronteira terrestre entre os dois países é de cerca de 3 645 km.

³³ Arquipélago por onde passa cerca de 25% do tráfego marítimo mundial. Possui reservas de hidrocarbonetos e é rico em recursos piscícolas.

sobre as Ilhas Senkaku, ocupadas pelos japoneses e que são bastante ricas em gás e petróleo. Existe igualmente um contencioso com as Filipinas e a Malásia para o controlo das Ilhas Nansha e com o Vietname devido ao Golfo de Tonquim. As pretensões chinesas, que visam garantir a sua liberdade de circulação na região, são motivo de preocupação para todos os países que utilizam aquelas rotas marítimas, concretamente os países da ASEAN, o Japão, a Rússia e os próprios EUA.

Por fim, o assunto da chamada China Nacionalista, Taiwan. Como referimos na página 13, a ilha é considerada pela China como sendo uma das suas províncias. Nas suas declarações oficiais o Governo chinês reitera que a reunificação de Taiwan é inabdicável. Apesar do regime de Taiwan ser apoiado pelos EUA, na prática ele impede uma anexação à China, também serve para limitar as pretensões independentistas que eventualmente surjam.

Importa destacar a parceria estratégica entre a China e a Rússia efectuada em 1996 e a anunciada em 2003 com a Índia. As relações são amigáveis com países como o Irão, Myanmar, Paquistão e Síria. De referir que os EUA, apesar da questão de Taiwan, consideraram a China como parceira estratégica em 1997.

II.1.4. Factores de Poder e Vulnerabilidades da China

A vastidão do território, que é aproximadamente do tamanho do continente europeu, permite à China dispor de profundidade estratégica, bem como de abundância e diversificação de recursos. O seu ambiente natural proporciona-lhe um elevado valor defensivo, constituindo-se como um elemento dissuasor a qualquer possível atacante, dada a sua capacidade de amortecimento e desgaste. Em termos energéticos, importa realçar o seu elevado potencial hidroeléctrico.

A China tem cerca de 20% da população mundial, o que é cerca do dobro da população da América do Norte e a Europa juntas e cerca de sete vezes mais que a do Japão. Este facto constitui, só por si, uma fonte de recursos humanos bastante significativa em termos quantitativos e também em diversidade. Esta imensa base de recrutamento permite que Exército Popular de Libertação seja muito numeroso. A sua capacidade nuclear constitui um factor de poder. Apesar de tudo, contrariamente ao que acontecia no passado, a China conseguiu estabelecer relações muito menos tensas, com a Índia, com a Rússia e mesmo com o rival ancestral que é o Japão.

Como vulnerabilidades, podemos referir a grande extensão da China, que implica uma maior dispersão das suas estruturas, bem como acrescidas dificuldades de controlo político, exigindo sistemas de comunicações de transporte adequados. A posição da sua capital, não sendo central face às dimensões do território, constitui-se como uma vulnerabilidade (IAEM, 1999, p.

22). O facto de fazer fronteira com 14 países diferentes, aponta para uma maior propensão para a existência de disputas territoriais. A reduzida superfície total cultivável é um obstáculo ao desenvolvimento da agricultura, o que dificulta a tarefa de alimentar tão vasta população, que apresenta uma elevada taxa de envelhecimento. A taxa de analfabetismo aponta para uma qualidade deficitária dessa mesma população. A relativa estabilidade social tem sido mantida através de uma rígida ordem política³⁴. Embora se constate a existência de um sentimento de unidade nacional, os constrangimentos políticos impostos podem gerar um clima de tensão social latente. O problema étnico, caso não seja solucionado através de uma política interna eficaz, pode assumir proporções incontroláveis. Os movimentos separatistas referidos são um factor perturbador da ordem interna.

A convergência da população chinesa para as zonas urbanas, além de ocasionar um êxodo das regiões rurais, exerce uma enorme pressão sobre as grandes cidades, com as consequências negativas que daí advêm³⁵. Esta situação poderá constituir-se como um factor de desagregação nacional, o que se pode constituir como uma vulnerabilidade.

Apesar do Exército Popular de Libertação ter um número significativo de militares, o seu potencial tecnológico está ainda longe dos exércitos mais avançados. No entanto, esta vulnerabilidade, com a actual modernização em curso, tem tendência a diminuir.

O despertar algo tardio para a questão do poder marítimo e o controle das rotas marítimas, faz com que a China, não controle inteiramente as rotas que passam perto da sua costa. A proximidade com o Japão e os muitos territórios insulares em disputa têm contribuído para tal situação.

II.2. Índia

A República da Índia é um país do Sul da Ásia sendo constituído por 28 estados e sete territórios da União. A sua capital é Nova Deli.

II.2.1. Factor Físico da Índia

A Índia possui uma área total de 3 287 590 km², sendo o sétimo³⁶ maior país do Mundo, com uma área equivalente a um terço da China. Ela domina o sub-continente do Sul Asiático, controlando importantes rotas do Oceano Índico, dada a extensão da sua costa marítima, com cerca de 7 000km (CIA, 2006).

O relevo é caracterizado por ser, a norte, nos Himalaias, maioritariamente montanhoso, constituindo-se como um obstáculo de valor. A sul predominam os planaltos e a oeste os

³⁴ Apesar das acusações, por parte da Comunidade Internacional, pelas constantes violações dos direitos humanos.

³⁵ Como o aparecimento de bairros periféricos, desemprego, criminalidade, entre outros problemas sociais potenciadores de focos de instabilidade.

³⁶ Após a Rússia, o Canadá, os EUA, a China, o Brasil e a Austrália.

desertos. As planícies existem sobretudo a este, ao longo do rio Ganges. Este rio, com uma extensão de 2 510 km, forma juntamente com o Rio Bramaputra o mais extenso delta do Mundo, com uma área de 80 000 km² (Porto Editora, 2005).

O clima na Índia varia entre o tropical de monção a sul, ao temperado a norte. O noroeste da Índia apresenta algumas áreas desérticas. As catástrofes naturais mais frequentes são as cheias, os terremotos, bem como as secas severas. Um dos maiores maremotos dos últimos tempos, aconteceu a 26 de Dezembro de 2004, atingiu 8,9 graus na escala de Richter, dando origem a um *tsunami* que provocou milhares de mortos e de desalojados.

As principais cidades indianas são Nova Deli, Bombaim, Calcutá e Bangalore, todas com mais de seis milhões de habitantes (Porto Editora, 2005). Encontra-se servido por boas infra-estruturas portuárias e por 3 851 440 km de estradas e 63 230 km de vias-férreas. O seu sistema de oleodutos cobre uma distância total de 5 613 km enquanto que o de gasodutos percorre na sua totalidade 7 366 km (CIA, 2006).

A Índia possui, como recursos naturais, as quartas maiores reservas de carvão, porém, as suas reservas de petróleo e gás natural são parcas. Contém igualmente ferro e diamantes. O trigo constitui uma das mais importantes produções agrícolas indianas.

II.2.2. Factor Humano da Índia

Estima-se que a população da Índia seja de 1 095 351 995 habitantes, o segundo país mais populoso do Mundo, logo a seguir à China, o que corresponde a uma densidade populacional de cerca de 313,2 habitantes/km² (Porto Editora, 2005). Actualmente a sua taxa de crescimento populacional³⁷ situa-se nos 1,38%. A estrutura da população por idade é de 30,8% até aos 14 anos, 64,3% têm entre 15 e 64 anos e 4,9% têm mais que 65 anos. A esperança média de vida na Índia é de 64,71 anos (CIA, 2006).

Os maiores grupos étnicos são o *hindi*, com 45%, o *telugu* (8%) e o *bengali* (8%). As línguas oficiais, são o inglês e o *hindi*, embora este último apenas seja utilizado apenas por 30% da população, existindo ainda outras 14 línguas oficiais (Porto Editora, 2005). A taxa de analfabetismo é elevada situando-se nos 40,5%. Apesar disso, existe uma elite bem-educada, altamente treinada e fluente na língua inglesa³⁸. As religiões com maior expressão são o hinduísmo com 80,5% de crentes e o islamismo com 13,4% (CIA, 2006).

Existem vários grupos separatistas dos quais se destacam a Conferência de Todos os Partidos, na Caxemira e o Conselho Nacional-Socialista de Nagalândia, no Nordeste, bem como

³⁷ Em 2025, estima-se que a população indiana seja de 1 377 264 000 habitantes. (Porto Editora, 2005).

³⁸ Mais de 100 milhões de indianos da classe média falam inglês (Cohen, 2000).

a minoria religiosa *sikh* (CIA, 2006).

II.2.3. Factor Militar da Índia

II.2.3.1. Estruturas Militares

As Forças Armadas da Índia, com cerca de 1 325 000 militares³⁹, são compostas por quatro ramos: Exército, Marinha, Força Aérea e Guarda Costeira. Integra ainda várias forças paramilitares e de segurança (CIA, 2006). Possui um Exército eficaz, Forças Navais significativas e uma moderna Força Aérea (Cohen, 2000). Os militares das Forças Armadas indianas são profissionais. O Exército Indiano é mesmo o maior Exército de voluntários do Mundo e nunca necessitou de recorrer ao serviço militar obrigatório. Não há antecedentes de envolvimento dos militares nas questões de política nacional e nunca houve um golpe de estado no país.

A Índia efectuou o seu primeiro teste nuclear em 1974, sendo actualmente auto-suficiente na produção de armas nucleares. Aproximadamente 75% do armamento e equipamento de defesa indiano é de origem russa, embora grande parte tenha vindo a ser fabricado na Índia, mediante a concessão de licenças. Ultimamente a Índia tem procurado modernizar as suas Forças Armadas, especialmente a sua componente naval de forma a tirar partido da sua extensa costa marítima.

Em 2005 a Índia gastou 19,04 mil milhões de USD relativamente a despesas militares⁴⁰, o que corresponde a 2,5% do seu PIB (CIA, 2006). A Rússia é o seu principal fornecedor de armamento.

II.2.3.2. Disputas Territoriais e Alianças

Como já foi referido, o problema de Caxemira permanece sem solução. A Índia mantém-se num estado de prontidão elevado relativamente ao vizinho Paquistão. Também a fronteira sino-indiana⁴¹ permanece disputada. Importa contudo, destacar a parceria estratégica anunciada entre a Índia e a China em 2003, muito para garantir as condições de estabilidade necessárias ao seu desenvolvimento económico, uma vez que, tradicionalmente, as suas relações eram de desconfiança. A Índia tem também parcerias estratégicas com a Rússia e com o Irão. Também de relevar a recente cooperação com os EUA, principalmente na questão nuclear.

II.2.4. Factores de Poder e Vulnerabilidades da Índia

Contrariamente ao que sucede na China, as características físicas da Índia possibilitam uma distribuição mais homogénea da população por todo o território. O controlo de importantes rotas

³⁹ O terceiro maior efectivo a nível mundial. Ver Apêndice B – Orçamentos de Defesa e Forças Militares.

⁴⁰ A nona maior despesa a nível mundial.

⁴¹ Com cerca de 3 000 km.

de tráfego marítimo do Oceano Índico é um factor de poder para a Índia.

Com cerca de 20% da população mundial, a Índia possui uma fonte de recursos humanos bastante significativa em termos quantitativos e também em diversidade. O elevado investimento efectuado na qualificação desses recursos humanos, possibilita a atracção de empresas que procuram mão-de-obra especializada. Apesar de existirem problemas étnicos, a Índia tem conseguido resistir aos seus conflitos internos, mantendo a unidade do seu território.

O elevado número de homens que constituem as Forças Armadas indianas, a imensa base de recrutamento e a capacidade nuclear, constituem-se como factores de poder.

De salientar a aliança estratégica que estabeleceu com os Estados Unidos e, com excepção do Paquistão, as boas relações que mantém com os seus vizinhos.

Como vulnerabilidades, podemos apontar a elevada densidade populacional indiana, resultante do facto de ter praticamente a mesma população que a China, mas apenas um terço do território. O crescimento excessivo da população está na base das situações de pobreza extrema que existem na Índia, sendo igualmente responsável pela degradação ambiental e pelos problemas socio-económicos. Os programas de planeamento familiar e de controlo da taxa de natalidade não têm produzido os efeitos desejados, estimando-se assim que a população indiana ultrapasse mesmo a do seu vizinho chinês, pelo que será difícil que o crescimento económico seja capaz de melhorar o nível de vida da maioria da população, sobretudo a iletrada. As lutas étnico-religiosas, como a questão das minorias *sikh*, são factores de grande instabilidade, assim como, a nível externo, o facto do Paquistão, com quem tem relações tensas, possuir armas nucleares.

II.3. Japão

O Japão é um país da Ásia Oriental de onde se destacam as ilhas de Hokkaido, Honshu, Kyushu e Shikoku. É composto por 47 prefeituras, sendo a sua capital Tóquio, localizada na ilha de Honshu.

II.3.1. Factor Físico do Japão

O Japão possui uma área total de 377 835 km² (CIA, 2006). De salientar que não possui quaisquer fronteiras terrestres. A posição geográfica do arquipélago nipónico permite o controlo do Mar do Japão, bem como os acessos aos estreitos da Coreia e de La Perousse.

O relevo do Japão é caracterizado por ser irregular, predominando, na parte central das diferentes ilhas, as montanhas, cujo orientação geral é de norte para sul.

O clima no Japão é muito diversificado, variando entre o tropical a sul, ao temperado frio a norte, com Invernos rigorosos. No sudeste o clima é subtropical. As catástrofes naturais mais frequentes são os maremotos, os terramotos e os tufões. O arquipélago possui 54 vulcões activos

(Porto Editora, 2005).

As principais cidades japonesas são Tóquio, Yokohama, Osaka e Nagóia, todas com mais de dois milhões de habitantes. Dos vários portos japoneses são de destacar, além do Tóquio os de Chiba, Kawasaki e Kobe.

O país dispõe de um total de 1 177 278 km de estradas e de 23 577 km de vias-férreas. O seu sistema de oleodutos cobre uma distância total de 230 km enquanto que o de gasodutos percorre na sua totalidade 2 719 km (CIA, 2006).

Exceptuando os recursos piscícolas, o Japão caracteriza-se pela falta de recursos naturais.

II.3.2. Factor Humano do Japão

Estima-se que a população do Japão seja de 127 463 611 habitantes, o décimo primeiro país mais populoso do Mundo, sendo que 78% dos habitantes residem nos centros urbanos. Actualmente a sua taxa de crescimento populacional⁴² situa-se nos 0,02%. O Japão é caracterizado por ter uma elevada densidade populacional, concretamente 335,5 habitantes/km². A estrutura da população por idade é de 14,2% até aos 14 anos, 65,7% têm entre 15 e 64 anos e 20% têm mais que 65 anos. A esperança média de vida à nascença no Japão é de 81,25 anos (CIA, 2006).

No que concerne aos aspectos qualitativos da população do Japão, concretamente no que respeita aos grupos étnicos, a etnia japonesa é maioritária com 99%. A única língua utilizada é o japonês. A taxa de analfabetismo é de apenas 1%. O nível de formação da população é elevado, sobretudo nas áreas das tecnologias de informação e comunicação e electrónica. A maioria dos japoneses professa as religiões xintoísta (51%) e budista (38%) (Porto Editora, 2005).

II.3.3. Factor Militar do Japão

II.3.3.1. Estruturas Militares

A designada Agência de Defesa Japonesa, com um efectivo de cerca de 260 250 militares, compreende a Força de Autodefesa Terrestre, a Força de Autodefesa Marítima e a Força de Autodefesa Aérea (CIA, 2006). O serviço militar é voluntário a partir dos 18 anos. A designação de forças de autodefesa ilustra bem o carácter eminentemente defensivo do Japão, que após a Segunda Guerra Mundial adoptou uma Constituição pacifista. A protecção do território nipónico tem contado com a presença de cerca de 50 000 militares norte-americanos disseminados pelas diversas bases existentes no Japão. Entretanto esta postura pacifista do Japão dá mostras de estar já em vias de transformação. Foram já aprovadas leis no âmbito da luta contra o terrorismo⁴³ e

⁴² Em 2025, estima-se que a população japonesa diminua para 120 235 000 habitantes (Porto Editora, 2005).

⁴³ O Japão já possui unidades especiais de combate ao terrorismo.

alterada a legislação relativa às Operações de Apoio de Paz⁴⁴.

Em 2005 o Japão despendeu 44,31 mil milhões de USD relativamente a despesas militares⁴⁵, o que corresponde a 1% do seu PIB (CIA, 2006). Apesar de ser um montante significativo, o Japão nunca se tornou uma grande potência militar, quando comparado com os países vizinhos. Contrariamente aos outros actores analisados neste capítulo, o Japão não dispõe de armamento nuclear. Muito do seu equipamento é de origem americana.

II.3.3.2. Disputas Territoriais e Alianças

A disputa entre o Japão e a Rússia relativamente à soberania dos Territórios do Norte (segundo os Japoneses) ou Ilhas Curilas do Sul (segundo os Russos), ocupadas pelos soviéticos em 1945, de momento administradas pela Rússia e reivindicadas pelo Japão, é motivo suficiente para que não seja assinado o Tratado de Paz entre os dois países que ponha termo às hostilidades da Segunda Guerra Mundial. Também as Rochas de Liancourt (Takeshima/Tokdo), ocupadas pela Coreia do Sul desde 1954 são motivo de discórdia entre Japoneses e Sul Coreanos. Já as Ilhas de Senkaku são reclamadas, além do Japão, pela China e por Taiwan (CIA, 2006).

Desde o final da Segunda Guerra Mundial que o Japão encara os EUA como o seu protector militar. Mesmo com o fim da Guerra Fria a importância desta protecção americana não diminuiu⁴⁶. Após a intervenção no Iraque, os EUA reforçaram a sua aliança com o Japão, muito devido às bases instaladas no arquipélago, que servem de plataforma à projecção estratégica de poder americano para o continente asiático.

II.3.4. Factores de Poder e Vulnerabilidades do Japão

Pela sua localização estratégica, o Japão assume importância acrescida no Nordeste Asiático, permitindo-lhe controlar grande parte das rotas marítimas desta região. O facto de ser um país etnicamente homogéneo, com apenas uma língua, confere-lhe um sentimento de forte coesão nacional. O elevado nível de formação dos japoneses, particularmente nas áreas das tecnologias de informação e comunicação e electrónica, permite o domínio de tecnologias de ponta, constituindo-se como um factor de poder.

Os recursos naturais japoneses são uma vulnerabilidade, pois são insuficientes para as necessidades do país. A aliança estratégica japonesa com os EUA, consubstanciada com a presença de diversas bases militares norte-americanas em território japonês, permite atenuar algumas das suas vulnerabilidades, nomeadamente a descontinuidade territorial, o

⁴⁴ O que permitiu, por exemplo, o envio de um contingente japonês para Timor-Leste.

⁴⁵ A quarta maior despesa a nível mundial após os EUA, a China e a França. Ver Apêndice B – Orçamentos de Defesa e Forças Militares.

⁴⁶ Essencialmente devido ao aumento do poderio da China e da ameaça da Coreia do Norte.

envelhecimento da sua população e o facto das suas Forças Armadas, terem uma vocação eminentemente defensiva e não possuírem capacidade nuclear.

II.4. Rússia

A Federação Russa é um país da Eurásia composto por 48 regiões, 21 repúblicas, 16 distritos, duas cidades federais e uma região autónoma⁴⁷. A sua capital é Moscovo (CIA, 2006).

II.4.1. Factor Físico da Rússia

A Rússia possui uma área total de 17 075 200 km², sendo a nação mais extensa do Mundo (CIA, 2006). O seu vasto território abrange dois continentes, a Europa e a Ásia. Onze fusos horários separam Murmansk, a oeste, de Vladivostok, no leste. Esta área é maior do que a da China e a da Índia juntas. Apesar de possuir tamanha superfície, o país não oferece condições favoráveis à agricultura devido ao seu solo e também pelo clima, que é ou muito frio ou muito seco. A sua localização também não favorece o controlo das principais rotas marítimas, sendo exíguas as suas saídas para águas navegáveis.

O relevo da Rússia é caracterizado por ser relativamente plano, sendo a principal excepção a região dos montes Urais, que dividem a Rússia Asiática da Rússia Europeia. Na região da Sibéria predominam a tundra e as vastas florestas coníferas. O terreno montanhoso ocorre também, nas regiões junto à fronteira a sul.

O clima no norte da Rússia é considerado ártico registando baixas temperaturas ao longo de todo o ano. A sul, o clima é frio continental, com Invernos muito rigorosos e Verões curtos. A este, o clima é temperado continental, com Invernos frios e Verões quentes. As catástrofes naturais mais frequentes estão relacionadas com a actividade vulcânica, sobretudo nas Ilhas Curilas e na Península da Kamchatka. Também existe o perigo das cheias na Primavera.

As maiores cidades russas são Moscovo e São Petersburgo, ambas com mais de quatro milhões de habitantes. Possui diversos portos marítimos distribuídos ao longo de toda a sua extensão de costa. O país dispõe de um total de 537 289 km de estradas e de 87 157 km de vias-férreas. O seu sistema de oleodutos cobre uma distância total de cerca de 89 310 km enquanto que o de gasodutos percorre na sua totalidade 150 129 km (CIA, 2006).

A Rússia possui abundantes recursos energéticos (carvão, petróleo, gás natural) e minerais, bem como de grande parte das matérias-primas necessárias à produção industrial. O país é mesmo o maior produtor mundial de gás natural e o segundo maior exportador de petróleo⁴⁸. Isso permite-lhe ser o 15º país exportador, com 2,37% das exportações mundiais (CIA, 2006).

⁴⁷ Região de Yevrey (judaica).

⁴⁸ Atrás da Arábia Saudita.

II.4.2. Factor Humano da Rússia

Estima-se que a população da Rússia seja de 142 893 540 habitantes, o nono país mais populoso do Mundo. De realçar que 75% da população concentra-se na Rússia Europeia⁴⁹, enquanto que apenas 25% se encontra na Rússia Asiática⁵⁰ o que corresponde a uma baixa densidade populacional de cerca de 8,5 habitantes/km² (Porto Editora, 2005). Actualmente a sua taxa de crescimento populacional⁵¹ situa-se nos -0,37%. A estrutura da população por idade é de 14,2% até aos 14 anos, 71,3% têm entre 15 e 64 anos e 14,4% têm mais que 65 anos. A esperança média de vida na Rússia é de 67,08 anos (CIA, 2006).

Os principais grupos étnicos são os russos com 82%, os tártaros com 4% e os ucranianos com 3% (Porto Editora, 2005). A língua oficial é o russo, podendo contudo, ser utilizadas localmente outras línguas minoritárias. A taxa de analfabetismo é de apenas 0,4%. A religião maioritária é a ortodoxa russa com 15 a 20% de fiéis. Seguem-se a religião muçulmana com 10 a 15% e a cristã com 2%, representando os não religiosos cerca de 72% da população (CIA, 2006). Existem sinais evidentes da presença da corrupção e da criminalidade organizada na sociedade russa. Quanto às pressões separatistas, merece especial destaque a região da Tchetchénia⁵², onde decorre, desde há vários anos, uma guerra sangrenta entre o Governo e os dissidentes.

II.4.3. Factor Militar da Rússia

II.4.3.1. Estruturas Militares

Além do Exército, Marinha e Força Aérea, a Rússia, com cerca de 1 027 000 militares, possui ainda as suas Tropas Aerotransportadas, as Forças de Mísseis Estratégicas e as Tropas do Espaço (CIA, 2006). Como herança da Guerra Fria, possui ainda hoje umas Forças Armadas com um elevado potencial tecnológico e capacidade nuclear⁵³. Os jovens russos, entre os 18 e os 27 anos de idade, cumprem o serviço militar obrigatório por um período de um ano. Um dos grandes objectivos da reestruturação das Forças Armadas da Rússia é a sua profissionalização. Estabeleceram como meta até 2010, garantir um efectivo de 70% de voluntários.

Em 2005 a Rússia despendeu 67 mil milhões de USD em despesas militares, o que corresponde a 4,8 % do seu PIB⁵⁴.

II.4.3.2. Disputas Territoriais e Alianças

Em 2005 a Rússia e a China colocaram um ponto final nas suas antigas disputas

⁴⁹ Que corresponde a 25% do total do território.

⁵⁰ Que corresponde a 75% do total do território.

⁵¹ Em 2025, estima-se que a população russa diminua para 135 952 000 habitantes (Porto Editora, 2005).

⁵² Região situada junto ao Mar Cáspio.

⁵³ A Rússia é a única potência com paridade nuclear com os EUA (Santos, 2006, p. 131).

⁵⁴ Geoestratégia das Grandes Potências (apresentação PowerPoint). Prof. Luís Tomé, IESM 2006.

fronteiriças, ratificando o Tratado que divide as ilhas dos Rios Amur, Argun e Ussuri. A disputa entre a Rússia e o Japão relativamente à soberania das Ilhas Curilas do Sul mantém-se. Subsistem igualmente diferendos entre outros Estados e a Rússia relativamente às suas fronteiras a oeste.

Logo após a Guerra Fria, a Rússia desenvolveu relações profundas com a China, Índia, Irão⁵⁵, Iraque, Sérvia e Síria, sobretudo através da exportação de armamentos e de recursos energéticos. Importa destacar a parceria estratégica entre a Rússia e a China efectuada em 1996. Embora se mantenha a parceria estratégica com os EUA, devido à luta contra o terrorismo, a Rússia mantém-se empenhada na contenção da hegemonia dos Estados Unidos. Nesse sentido interessa referir o primeiro exercício militar combinado entre a Rússia e a China em Agosto de 2005, sinal inequívoco da maior aproximação destas duas potências asiáticas. A Rússia procura recuperar o seu poder e voltar a ter relevância nas relações de força à escala mundial (Santos, 2006, p. 18).

II.4.4. Factores de Poder e Vulnerabilidades da Rússia

A extensão do seu território garante à Rússia a necessária profundidade estratégica, bem como a abundância e diversificação de recursos, sobretudo energéticos. A sua capacidade de amortecimento e desgaste⁵⁶ constitui-se como elemento dissuasor a uma qualquer eventual ameaça ofensiva. Na sua visão do mundo, Mackinder destacava a existência de uma grande massa terrestre continental, a Eurásia, no centro da qual se situava uma zona que correspondia às planícies russas, possuidora de abundantes recursos, o *Heartland*.

O problema da acessibilidade do país, dada a sua vastidão, tem sido atenuado pelos sistemas de comunicações de transporte atrás referidos, principalmente os ferroviários.

Moscovo possui ainda umas Forças Armadas poderosas e com capacidade nuclear. Procura capitalizar o bom relacionamento que mantém com o Irão, auxiliando na resolução da questão do polémico programa nuclear deste país, para aumentar o seu prestígio internacional.

A enorme dimensão do território russo provoca dificuldades de controlo político, bem como exige uma maior dispersão das suas estruturas. A posição da sua capital não sendo central, face à extensão do país, constitui-se como uma vulnerabilidade (IAEM, 1999, p. 22). Existe uma maior probabilidade para a existência de disputas territoriais, tendo em conta os 14 Estados com quem faz fronteira, em particular os que resultaram da desagregação da União Soviética. Tal como a vizinha China, a Rússia também tem problemas étnicos a resolver, como a questão da Tchetchénia, onde se situam as maiores e mais importantes refinarias russas. A corrupção e o crime

⁵⁵ Com quem tem uma parceria estratégica.

⁵⁶ Historicamente reconhecida quer por franceses, quer por alemães.

organizado constituem-se igualmente como obstáculos ao desenvolvimento do país.

II.5. Síntese conclusiva

Esta região tem elevada importância, não só pela população que alberga, cerca de metade da população mundial, mas também pelos recursos que detém e pela posição que ocupa⁵⁷. Simultaneamente ela é uma região fracturada, historicamente, como vimos no primeiro capítulo e na actualidade pois integra diferentes culturas, diversidade de sistemas e interesses que a tornam pouco apropriada para afirmações comunitárias de grandes espaços. É uma região baseada no sistema clássico de Estado-Nação, estamos assim perante o mundo moderno de Robert Cooper (2006, p. 34).

Podemos afirmar que, contrariamente a outras épocas históricas, assistimos hoje a um período de relativa tranquilidade entre as grandes potências⁵⁸ desta região. Apesar de haver competição em vários domínios, incluindo o militar, sem esquecer as rivalidades históricas, o risco de conflito directo entre elas não parece elevado. Isto pode dever-se ao facto de existirem interesses superiores genéricos essenciais ao desenvolvimento, que são a segurança e a estabilidade. Estes interesses inibem aqueles actores de optarem por soluções de maior confrontação, sendo significativo o número de interações entre eles. Por outro lado, verificamos que, ao mesmo tempo, existe uma grande quantidade de conflitos existentes ou latentes. Podemos apontar como casos específicos mais relevantes as relações entre a China e Taiwan, a velha rivalidade entre a China e o Japão ou as pretensões da China, do Japão e da Rússia relativamente à Península Coreana, não esquecendo o problema de Caxemira. São estas questões pontuais que podem agravar algumas tensões ou que, se forem encontrados mecanismos de equilíbrio, podem favorecer a cooperação. Esta situação dá origem a uma realidade de grande dinamismo e de natureza imprevisível. Alguns actores da região, percebendo a sua maior importância, reivindicam um papel mais interventivo no quadro internacional, como é o caso da Índia e do Japão que se perfilam como candidatos a membros permanentes do Conselho de Segurança da ONU. No caso da China, ela assume-se naturalmente como competidor estratégico dos EUA, enquanto a Rússia como que reemerge para reclamar o seu protagonismo.

O contexto geopolítico e geoestratégico da Região Asiática caracteriza-se então como sendo uma zona de conflitualidade latente e de profundas assimetrias, embora actualmente, se assista a um desanuviamiento nas relações entre os actores analisados. Considera-se assim validada a Hipótese 2.

⁵⁷ Neste sentido, veja-se a tese do professor Zbigniew Brzezinski que considera essencial o controlo da Eurásia para se deter a supremacia mundial (IAEM, 2000, p. 87).

⁵⁸ China, Índia, Japão, Rússia.

III. OS EUA E A UE NO CONTEXTO GEOPOLÍTICO E GEOESTRATÉGICO DA REGIÃO ASIÁTICA

Neste capítulo é efectuada uma análise no sentido de determinar quais as dinâmicas geopolíticas e geoestratégicas de actores que, sendo externos à Região Asiática, têm grande influência neste espaço.

Assim elegemos para esta consideração os EUA e a UE pelo importante papel que desempenham nesta região, especialmente no que respeita aos equilíbrios de poder regionais.

III.1. Os EUA

Os EUA percepcionam a Região Asiática como uma ameaça à sua hegemonia, sobretudo devido à China. As relações diplomáticas entre os EUA e a China foram restabelecidas⁵⁹ em 1979. Mais recentemente, em 1997, o presidente chinês Jiang Zemin visitou os Estados Unidos.

O ano de 1999 ficou marcado pelo bombardeamento accidental da Embaixada da China em Belgrado pelos americanos, o que originou um novo período de tensão entre os dois países. Os atentados do 11 de Setembro de 2001 promoveram uma certa aproximação entre a China e os EUA, ainda que numa perspectiva de aproveitamento. A China prontificou-se para auxiliar no combate ao terrorismo internacional. Tal como Moscovo tinha feito em relação à Tchetchénia e Nova Deli relativamente a Caxemira, a China procurou solucionar os seus problemas de separatismos a pretexto da luta contra o terrorismo⁶⁰.

A política dos Estados Unidos em relação à China varia entre o envolvimento⁶¹ e a contenção⁶², dependendo essencialmente da situação política internacional, permanecendo todavia um clima de desconfiança entre ambos.

Neste domínio importa diferenciar duas posturas dos EUA baseadas em duas administrações (Sutter, 2006, com.pess.). A Administração Clinton baseou o seu relacionamento com a China numa postura predominantemente económica. Neste contexto, foi dada a prioridade ao relacionamento com a China. Relativamente à Administração Bush assistimos a um relacionamento com ênfase na Segurança Nacional, pelo que é dada primazia ao fortalecimento das relações com o Japão, bem como com a Índia e a Coreia do Sul.

Os EUA vêem assim na China o seu opositor estratégico global⁶³, considerando-a como uma ameaça para a região e acusando-a pelos gastos excessivos com as suas Forças Armadas.

⁵⁹ No seguimento da visita do presidente Nixon a Pequim em 1972.

⁶⁰ Ao que os Estados Unidos responderam afirmando não pactuar com regimes que negassem os legítimos direitos de um povo.

⁶¹ Como quando os EUA consideraram a China como parceira estratégica em 1997.

⁶² De que foi exemplo a questão do avião de observação americano em Abril de 2001.

⁶³ Desde 2000 que o Pentágono produz um relatório anual sobre o Poder Militar Chinês.

Do ponto de vista chinês a percepção é a de que estão cercados pelos americanos. Senão vejamos, antes do 11 de Setembro a presença militar norte-americana estava confinada sobretudo à Coreia, ao Japão e a alguns países do Sudeste Asiático. No contexto da ameaça terrorista, os EUA reforçaram a sua presença militar nas referidas regiões, expandindo-se estrategicamente para as regiões do Cáucaso e da Ásia Central, ainda que com a reticente aprovação da Rússia.

Actualmente, embora o contingente que estava no Uzbequistão tenha retirado em Julho de 2006, mantiveram-se as tropas estacionadas na Ásia Central. Em 2005 o presidente George W. Bush tornou-se o primeiro presidente norte-americano a visitar a Mongólia, estando já previstos exercícios combinados entre os dois países. Existe também um plano de formação destinado a militares vietnamitas.

Importa ainda referir os acordos estabelecidos entre os EUA e a Índia nos domínios aeroespacial e da tecnologia nuclear civil⁶⁴. Contrariamente ao caso chinês, os Estados Unidos suspenderam as restrições à venda de armas para a Índia⁶⁵. Face ao atrás exposto, é fácil de compreender o receio da China em ficar isolada pelos EUA. Apesar de tudo, a China já percebeu a importância dos Estados Unidos para a região, enquanto facilitador do seu relacionamento com o Japão e com os países do Sudeste Asiático.

O papel dos EUA na Região Asiática é fundamental para dar resposta às questões que influenciam o contexto geoestratégico desta região, como por exemplo, a questão de Taiwan e a situação na Península da Coreia. Os Estados Unidos, embora não reconhecendo a independência de Taiwan, não admitem que a China resolva o caso pelo uso da força. Por seu lado, a China afirma que se não existir uma declaração formal de independência por parte das autoridades de Taiwan, não intervirá militarmente.

Na Península Coreana, com a sua localização geoestratégica privilegiada, subsiste um conflito entre as duas Coreias. Os EUA, que defendem a unificação destes dois países, consideram a presença de militares das Forças Armadas americanas como uma condição de estabilidade para a região. No entanto, a reunificação das duas Coreias, sobretudo para a China e para o Japão, faz ressurgir a ameaça dos nacionalismos exacerbados. De qualquer modo, qualquer solução para este problema não pode ser encontrada sem o envolvimento dos quatro maiores países com interesses na região, a China, os EUA, o Japão e a Rússia. Uma referência ao programa nuclear da Coreia do Norte, enquanto elemento perturbador do equilíbrio geoestratégico de toda esta região, com consequências imprevisíveis à escala mundial.

O próprio Japão que, desde a Segunda Guerra Mundial, delegou a sua segurança aos EUA,

⁶⁴ Muito embora a Índia não tenha ainda assinado o Tratado de Não-Proliferação de Armas Nucleares.

⁶⁵ Os EUA pretendem que a Índia consiga contrabalançar o crescente poderio militar chinês.

parece agora determinado em reduzir os limites relativos às suas Forças Armadas constantes na Constituição, consciente das ameaças que tem de enfrentar.

Podemos porventura considerar os atentados do 11 de Setembro de 2001 como o ponto de viragem no relacionamento entre os EUA e a Rússia. Pela primeira vez, desde o final da Segunda Guerra Mundial, os dois países tinham um inimigo comum, o terrorismo. Assim sendo, as relações entre americanos e russos têm sido de relativo apaziguamento, embora se mantenham as críticas americanas às políticas de Moscovo que, muito graças à liderança do seu carismático presidente Vladimir Putin, têm dado à Rússia um papel de destaque no actual panorama internacional.

Apesar de tudo, os americanos fortaleceram a sua presença na região do Cáucaso e na Ásia Central, diversificando as suas origens de recursos energéticos, sem grande oposição da Rússia. Esta por seu lado, obtém o apoio, ou no mínimo a condescendência, dos Estados Unidos para as regiões problemáticas da Federação Russa, de que a Tchetchénia é o caso mais emblemático.

Na Ásia do Sul uma das prioridades da política externa norte-americana é manter as tensões existentes entre a Índia e o Paquistão a um nível o mais baixo possível. Assistimos, por isso, a uma maior aproximação entre os EUA e a Índia⁶⁶, mantendo a sua aliança com o Paquistão.

Cada uma das grandes potências da Região Asiática procura ser reconhecida como um parceiro estratégico importante pelos Estados Unidos, para a resolução das grandes questões internacionais e regionais. Mesmo os Estados que não são formalmente aliados dos EUA, procuram, no mínimo, uma relação amigável.

Todavia, um sentimento crescente de anti-americanismo tem vindo a instalar-se entre a opinião pública destes países, mercê sobretudo, da intervenção no Iraque, podendo de alguma forma, dificultar as relações entre asiáticos e norte-americanos.

Engendram-se estratégias anti-hegemónicas destinadas a conter a supremacia americana, como se pode considerar a Cimeira da Ásia Oriental que reuniu na Malásia em Dezembro de 2005, sem a presença dos EUA. A finalidade desta cimeira era a de arquitectar uma forma de cooperação, em matérias de segurança, económicas e sociais, entre os países da ASEAN e a China, Coreia do Sul e Japão. O peso da China é inegável, porquanto ela “(...) liderará a organização e acentuar-se-ão os laços de interdependência entre todos os seus membros” (Santos, 2006, p. 21).

⁶⁶ Como pudemos constatar com a visita do presidente Bush à Índia em Março de 2006.

Alguns actores da Região Asiática desejam mesmo um afastamento dos EUA, pouco agradados particularmente com esta Administração americana. Podemos referir como exemplos destas tentativas para contrabalançar o poder dos EUA, a parceria estratégica entre a China e a Rússia efectuada em 1996, ou entre a China e a Índia anunciada em 2003, com o intuito de estabelecer uma ordem verdadeiramente multipolar, mesmo que com uma preponderância dos Estados Unidos.

Em Março de 2006, quando o já referido acordo nuclear dos EUA com a Índia foi revelado, as críticas não se fizeram esperar, uma vez que continuavam as negociações com o Irão sobre o seu programa nuclear. Os americanos argumentam que, as suas políticas se justificam pelo comportamento diferenciado dos dois países.

Apesar de tudo, hoje em dia, os EUA têm relações, em certa medida, pacíficas simultaneamente com a China, com a Índia, com o Japão, com o Paquistão e com a Rússia, o que não deixa de ser um feito notável (Tomé, 2006, com.pess.). Continuam a ser a potência estruturante na Região Asiática mantendo laços de dependência político-económicos, sobretudo com o Japão.

Em termos estratégicos regionais, os americanos contam com o apoio do Japão e da Índia, a China tem relações mais próximas com a Rússia e com os Estados da Ásia Central, no seio da Organização de Cooperação de Xangai (*Shanghai Cooperation Organization* – SCO) que supostamente, é uma organização de segurança colectiva contra o terrorismo islâmico⁶⁷. Esta organização pretende gradualmente constituir-se como um centro de poder que permita à Eurásia defender os seus interesses sem interferências externas. Tal facto, como que materializa um dos cenários mais perigosos para o Ocidente, o da hegemonia euro-asiática do Triângulo Rússia, China e Irão⁶⁸.

Ainda assim, é reconhecida a importância americana para reduzir a instabilidade provocada pelas desconfianças e temores mútuos existentes entre os actores desta região.

III.2. A UE

Antes de mais, importa lembrar que os europeus foram colonizadores de grande parte dos países da Ásia. Ainda assim, contrariamente aos EUA, os europeus não desfrutaram do protagonismo⁶⁹ detido pelos americanos na Região Asiática.

⁶⁷ Além da China e da Rússia, integra o Cazaquistão, a Quirguízia, o Tajiquistão e o Uzbequistão. Esta organização intergovernamental foi fundada em 2001. Em 2004 a Índia, Irão, Mongólia e Paquistão adquiriram o estatuto de observadores.

⁶⁸ Veja-se, para ilustrar esta ideia, a importância que teve a Sexta Cimeira da SCO, devido ao facto de os EUA não terem conseguido evitar a participação do Irão na mesma.

⁶⁹ Ao contrário do que sucede em África.

Na relação entre a Europa e esta região não existe um país líder, isto é, não existe nenhum porta-voz. É certo que existem cimeiras relativamente informais, como a Cimeira Ásia-Europa (*Asia-Europe Meeting - ASEM*)⁷⁰, mas estas têm tido resultados relativamente modestos, uma vez que os europeus não têm acesso aos corredores de decisão da Região Asiática, nem têm o peso, em termos de segurança, detido pelos americanos.

O que acontece por vezes, quando as tensões aumentam entre asiáticos e americanos, é que aqueles se aproximam mais dos europeus e vice-versa⁷¹. Esta afirmação é particularmente válida para o caso da Alemanha que, muitas vezes, tem a sua agenda própria para a região. Também a França e o Reino Unido, procuram desenvolver relações harmoniosas com a China no sentido de obter uma maior cooperação no quadro do Conselho de Segurança das Nações Unidas.

A UE tem vindo a dar cada vez mais importância a esta Região Asiática, particularmente à China. Esta é percebida pela União como um parceiro estratégico, sobretudo desde os últimos dez anos. A União reconhece a preponderância da China e está disposta a apoiar as reformas internas necessárias para a continuação do seu crescimento.

Todavia, a UE reconhece que as economias emergentes da região constituem um desafio, pois implica que a União tenha de competir, em termos económicos, muitas vezes em condições desfavoráveis⁷². Apesar de tudo, verifica-se uma crescente interdependência económica entre a Região Asiática e a UE.

A UE atravessa um período de grandes decisões. Se no contexto externo procura afirmar-se como actor num Mundo globalizado em que o ritmo da mudança é acelerado, ao nível interno os maiores desafios residem na aprovação do Tratado Constitucional e no alargamento da União, nomeadamente à Turquia. Procura-se aproximar a própria UE e as suas instituições, dos cidadãos europeus, visando a participação democrática destes na vida da União. Os próprios actores da Região Asiática podem impelir a UE a aprofundar o seu processo de unificação, de modo a que esta possa representar os interesses dos países-membros de um modo mais eficaz, perante aquelas que são já consideradas como futuras potências económicas.

A UE tem vindo a apoiar o desenvolvimento do chamado Fórum Regional da ASEAN (*ASEAN Regional Fórum – ARF*) porquanto este tem contribuído para a manutenção da paz e estabilidade nesta região.

⁷⁰ Os países do diálogo ASEM são os Estados-membros da UE mais os países da ASEAN, conjuntamente com a China, Japão e Coreia do Sul. Estas cimeiras tratam de assuntos políticos, económicos e culturais, com a finalidade de fortalecer as relações entre as duas regiões.

⁷¹ A título de exemplo podemos apontar a aproximação da Alemanha e da França à China e à Rússia, aquando da Guerra do Iraque em 2003.

⁷² Este assunto será desenvolvido no próximo capítulo.

O ARF foi criado em 1994, sendo um importante fórum de segurança. Dos seus membros destacam-se, além da União Europeia, a China, Índia, Japão, Rússia e os Estados Unidos⁷³. Este fórum tem como principais objectivos fomentar o diálogo em assuntos políticos e de segurança, contribuindo para a criação de um clima de confiança, bem como promover o uso da diplomacia preventiva e a resolução de conflitos na região.

A UE considera que a segurança da Região Asiática é importante para a sua própria segurança. Neste sentido, releva abordar a questão dos fluxos migratórios pois “*se a demografia dita o destino da história, as movimentações de populações são o seu motor*” (Huntington, 2001, p.232).

As migrações internacionais têm efeitos consideráveis na economia, uma vez que parte importante das poupanças dos imigrantes é transferida para os seus países de origem (Gresh, 2004, p. 53). A Europa Ocidental exerce uma forte atracção, sendo o destino de cada vez mais imigrantes provenientes da Região Asiática que utilizam as chamadas rotas do leste e do extremo oriente. Apesar da distância, cerca de 100 mil chineses chegam à Europa e Canadá todos os anos⁷⁴. “*Estamos também perante um fluxo migratório, cuja motivação principal tem por base as condições de extrema pobreza que se vivem em diversas regiões da República Popular da China*” (Martins, 2002, p. 22).

Os choques culturais que estas migrações provocam, podem efectivamente causar um problema de segurança que possa desestabilizar o equilíbrio das sociedades europeias. Deste facto resulta o interesse dos europeus apoiarem o desenvolvimento dos países de origem dos imigrantes.

Segundo Cooper a UE “(...) é o exemplo mais desenvolvido de um sistema pós-moderno” (2006, p. 49). Ela assume, cada vez mais um papel de destaque no panorama mundial, sobretudo na promoção da paz e na condenação das violações dos direitos humanos⁷⁵.

⁷³ Actualmente o ARF inclui a Austrália, Brunei, Camboja, Canadá, China, Coreia do Norte, Coreia do Sul, EUA, Filipinas, Índia, Indonésia, Japão, Laos, Malásia, Myanmar, Mongólia, Nova Zelândia, Paquistão, Papua-Nova Guiné, Rússia, Singapura, Tailândia, UE e Vietname.

⁷⁴ Disponível na WWW: <URL: <http://imigrantes.no.sapo.pt/page3.RotaImigr.html>>.

⁷⁵ Neste contexto, a UE mantém o embargo de armas à China e a Myanmar.

III.3. Síntese conclusiva

Apesar de outros actores se movimentarem neste “palco” asiático, a verdade é que os Estados Unidos continuarão a ter um papel essencial para a cooperação e estabilidade desta região.

No que respeita à questão de Taiwan, se por um lado eles são importantes para moderar as tendências independentistas dos habitantes da ilha, por outro afastam uma possível invasão da ilha por parte da China. Os americanos são ainda fundamentais para solucionar o impasse da Península da Coreia, bem como possibilitam a existência de relações de menor animosidade entre a China e o Japão e os países do Sudeste Asiático. Apesar da existência de sinais de um certo anti-americanismo, todos os países da região procuram, no mínimo, uma relação benévola. Actualmente os EUA mantêm relações relativamente pacíficas com a China, Índia, Japão e Rússia.

A UE embora não tenha a importância dos EUA nesta região, funciona como uma espécie de alternativa estratégica aos Estados Unidos sempre que se verifique um aumento das tensões entre americanos e asiáticos. A interdependência económica pode levar a uma maior influência da UE na região. A própria competição económica entre as duas regiões poderá fazer com que a UE tenha de conciliar os interesses de cada país-membro, de forma a alcançar uma posição mais concertada, a exemplo do que deverá acontecer quanto à questão dos fluxos migratórios.

Os EUA e a UE constituem-se assim como os principais actores externos na Região Asiática, sendo essenciais para o seu equilíbrio geopolítico e geoestratégico. Considera-se validada a Hipótese 3.

IV. OS ACTORES DA REGIÃO ASIÁTICA COM PREPONDERÂNCIA NA ECONOMIA INTERNACIONAL

A globalização provocou várias transformações, “a começar pela preeminência que o económico passou a ter sobre o político” (Gresh, 2004, p. 5). O comércio internacional continua a crescer em virtude da maior abertura e interdependência das economias.

O desenvolvimento económico da Região Asiática provocou um aumento significativo na procura de matérias-primas, ditas essenciais, bem como originou um processo de profundas transformações sociais.

É agora importante identificar e caracterizar quais os actores preponderantes da Economia Internacional pertencentes à Região Asiática. Utilizaremos para esta abordagem a análise do Factor Económico, sem prejuízo de nos referirmos às questões de ordem social mais pertinentes. É igualmente efectuada uma breve caracterização das economias dos EUA e da UE, pelo peso que detêm na Economia Internacional, para que possamos estabelecer o seu relacionamento com as economias da Região Asiática, no sentido de determinar a influência destas últimas na Economia Internacional.

IV.1. ASEAN

Foi na Cimeira de Singapura de 1992 que foram criadas as condições para o estabelecimento de uma zona de comércio livre, a *ASEAN Free Trade Area* (AFTA), com o objectivo de aumentar a vantagem competitiva da região da ASEAN como um todo. Pretendia-se pois a existência de uma livre circulação de bens, serviços, investimentos e de capitais nesta região.

Actualmente a cooperação económica na ASEAN engloba áreas diversas, que vão desde o comércio à indústria e serviços, das finanças à energia, transportes e comunicações, entre outras. As relações de cooperação entre a ASEAN e os Estados pertencentes à Região Ásia-Pacífico continuam a ser prioritárias. A Cimeira⁷⁶, que tem lugar anualmente, entre a ASEAN e a China, a Coreia do Sul e o Japão, permitiu a abertura do espaço económico da Associação ao exterior. No que diz respeito à China, apesar dos diferendos relativos ao Mar do Sul da China, mantém-se uma relação de boa vizinhança. O enfoque estratégico que a China devotou a esta região, sobretudo com o fim da Guerra Fria, provocou um efeito de atracção das atenções dos EUA, do Japão e da própria Índia. Os recursos existentes, bem como as iniciativas para a eliminação das barreiras comerciais, tornaram-se incentivos para o investimento das grandes potências na

⁷⁶ Denominada por ASEAN + 3.

região.

Após a crise financeira de 1997, os países da ASEAN iniciaram a sua recuperação económica pelo aumento do investimento, sobretudo nos seus sistemas de comunicações de transporte, procurando-se que ela aumente a sua capacidade de competir economicamente de forma global. Os líderes da Associação são unânimes ao afirmar que a paz cooperativa e a prosperidade partilhada deverão continuar a ser os pilares fundamentais em que assenta a sua estrutura. Assim sendo, é previsível que a ASEAN evolua no sentido de uma efectiva integração económica e até financeira, baseada num crescimento sustentado e, na medida do possível, equitativo. A economia da ASEAN vale efectivamente pela quantidade, isto é, pela soma das economias dos dez países de que é composta⁷⁷. Ela ocupa o 6º lugar na classificação do PIB mundial com 4,37%.

A Associação prepara-se para enfrentar os múltiplos desafios com que hoje se depara. Um dos aspectos que causa maior motivo de preocupação prende-se com as reais diferenças políticas, culturais e ideológicas existentes entre os seus países-membros, aliadas às pressões exercidas pelas potências com interesses na região. Como refere Boniface “(...) o Sudeste Asiático nunca conheceu a unidade política e/ou territorial” (2005, p. 156). Existem ainda focos de grande instabilidade social, assistindo-se a uma maior politização dos movimentos islâmicos. Aliás, a área social deve ser devidamente acautelada para fazer face a problemas tão graves como sejam a síndrome respiratória aguda e a gripe das aves, ou as catástrofes naturais⁷⁸. O próprio flagelo do terrorismo, bem ilustrado no atentado bombista de 12 de Outubro de 2002, no Bali, constitui-se como um fenómeno difícil de combater.

Embora a ASEAN tenha procurado encontrar fórmulas que lhe permitissem aumentar o seu crescimento económico após a já referida crise financeira, o que é certo é que este progresso não foi idêntico entre os países da Associação. As expectativas foram defraudadas mesmo em áreas críticas, como a agricultura, onde a falta de reformas coibiu o investimento estrangeiro. Verifica-se, portanto, a existência de dificuldades ao nível do desenvolvimento económico-social, assistindo-se a uma maior dependência financeira externa, levando a que o crescimento económico seja controlado pelas potências mundiais que actuam nesta região.

Parece agora inegável que a espantosa ascensão da China como sendo uma das maiores economias ao nível mundial, constitui-se como uma ameaça directa à competitividade da ASEAN, podendo considerar-se ainda o caso da Índia. São pois tempos de desafio, aqueles que as nações desta Associação têm de enfrentar, porquanto é agora o momento de estabelecer

⁷⁷ Ver Apêndice C – PIB da ASEAN.

⁷⁸ De que foi exemplo paradigmático o *tsunami* de Dezembro de 2004.

prioridades e proceder a uma implementação efectiva das medidas necessárias à consecução dos seus objectivos. Prevê-se assim que, desta forma, os sistemas democráticos sejam progressivamente instituídos no seio da ASEAN. Se quiser continuar na senda do progresso, a ASEAN necessita de reformar as suas instituições para que sejam, efectivamente, de cariz supranacional.

IV.2. China

A economia chinesa evoluiu de um sistema do tipo comunista para um outro que combina o domínio público e privado. Tal mudança permitiu à China obter um dos maiores crescimentos económicos do Mundo a partir da década de 1980, com um crescimento de cerca de 9,5 % no último quarto de século, tendo o PIB quadruplicado nesse período (Bader, 2006). Actualmente, tem o terceiro maior PIB⁷⁹ do Mundo, com 14,5 % do PIB mundial (CIA, 2006). A agricultura e a silvicultura concorrem com ¼ para o PIB. Os produtos cultivados são essencialmente o arroz, o trigo, o milho, a cevada, a batata, o algodão, o tabaco e o chá. Os sectores industriais considerados como mais importantes são os têxteis, a electrónica e a maquinaria, bem como os produtos petrolíferos (Porto Editora, 2005). No sector dos serviços destacamos o turismo, onde se verifica um crescimento acelerado. Segundo a Organização Mundial de Turismo⁸⁰, a China é já o quarto maior destino turístico a nível mundial.

O desenvolvimento económico chinês não pode todavia ser explicado sem procedermos ao seu enquadramento numa perspectiva global. De facto, a China teve de se abrir ao mundo exterior, acabando por perceber que era do seu interesse nacional integrar a Economia Internacional. Como prova disso podemos apontar a sua entrada para a OMC, em 2001. A adesão a esta organização, que vem consolidar a integração da economia chinesa na Economia Internacional, foi saudada com satisfação pelos consumidores chineses, na esperança de que o aumento da concorrência fomente as consequentes melhorias na produção e permita a diminuição dos preços dos produtos.

Os chineses estão desejosos em melhorar a sua qualidade de vida e são também as iniciativas individuais que estão por detrás do actual crescimento económico, enquanto originadores do aumento do consumo desta nação, que é cada vez mais produtiva. Os chineses já produzem 70% dos brinquedos, das bicicletas e leitores de Discos Versáteis Digitais (*Digital Versatile Disks* - DVD), bem como 50% dos computadores portáteis. Começam já a exportar produtos tecnologicamente mais exigentes, como automóveis. São exímios na técnica da

⁷⁹ Ver Apêndice D – Indicadores económicos.

⁸⁰ Disponível na WWW: <URL:<http://www.unwto.org/facts/menu.html>>.

imitação, o que permite à China ser um comerciante global, embora causando milhões de dólares de prejuízo em direitos de propriedade intelectual, em especial às empresas europeias e norte-americanas. É inegável a importância do comércio na economia chinesa. Actualmente a China é a terceira maior economia a nível mundial em termos de volume de trocas comerciais, podendo mesmo ocupar o primeiro lugar dentro de uma década. Isto reflecte-se naturalmente no seu PIB, no qual o comércio representa 80% (Bader, 2006). Hoje em dia a China, com 7,28% das exportações mundiais, ocupa o 4º lugar na lista de países que mais exportam (CIA, 2006).

De 1993 a 2003, o comércio com os EUA cresceu 300%, com o Japão 250%, com a Coreia do Sul 670%, com a Tailândia 835%, com as Filipinas 1800% e com a Índia 1025%. A China é actualmente o maior parceiro comercial do Japão, de Taiwan, da Coreia do Sul e brevemente será da Índia (Bader, 2006).

É também um país consumidor que, cada vez mais, procura os produtos ocidentais. O crescimento do consumo chinês está já a alterar a economia e o mercado global, uma vez que aderem aos produtos internacionais de uma forma que surpreende até mesmo os próprios empresários estrangeiros. As melhores marcas internacionais têm agora lugar nas lojas chinesas. Os consumidores chineses, nos quais se incluem os 400 000 000 que saíram da pobreza nos últimos 25 anos (Bader, 2006), mesmo possuindo poupanças reduzidas, conseguem ter influência na produção. Se apenas 1% da população tiver dinheiro para comprar, por exemplo, um microondas, então serão necessários cerca de 10 milhões de unidades deste tipo de electrodoméstico. É o chamado efeito de escala. Veja-se o mercado dos telemóveis que, em 2004, contava com aproximadamente 340 milhões de assinantes. Outro mercado em rápida expansão é o da *Internet* que liga mais de 100 milhões de chineses (Zhibin, 2005, p. 165).

Apesar de tudo, este consumo ainda não é muito elevado. As importações chinesas, com 6,13% das importações mundiais (CIA, 2006), são menores que as exportações, o que lhe permite ter um excedente comercial de 148 mil milhões de USD (Fundo Monetário Internacional - FMI, 2006), tendo acumulado 819 mil milhões de USD em reservas cambiais (Bader, 2006). Parte destes excedentes volta a entrar nos EUA, particularmente através da compra de títulos do tesouro americano.

O Investimento Directo Estrangeiro⁸¹ (IDE) tem tido uma importância crescente para o desenvolvimento da economia chinesa. Os investidores estrangeiros já injectaram na China mais de 560 mil milhões de dólares (Zhibin, 2005, p. 324). O IDE tem sido atraído, de um modo geral,

⁸¹ Este investimento tem como principais características o ser realizado por empresas industriais, de serviços e de exploração de recursos naturais, geralmente empresas multinacionais de média e grande dimensão. Normalmente trata-se de investimentos de longo prazo. As vantagens para as economias onde este investimento se localiza estão associadas à participação no processo de globalização, incluindo uma maior integração económica internacional. (Bravo, 1999).

para a construção de fábricas, de linhas de montagem e de lojas, onde a especulação é reduzida ao mínimo. O controlo sobre a entrada destes capitais foi sendo gradualmente reduzido, pelo que, a partir de 2003, o comércio internacional já não necessita de aprovação governamental. Todavia, esta abertura crescente não foi implementada na íntegra aos empresários nacionais. As multinacionais e os investidores estrangeiros trazem não só o capital e a tecnologia, mas também novas ideias e experiências de gestão para fazer face à concorrência.

A maioria dos exportadores da China são as grandes multinacionais e não as empresas de origem chinesa. No entanto, há também casos de empresas estrangeiras que fracassaram, principalmente porque subestimaram a complexidade do mercado chinês, que muda muito rapidamente, bem como a capacidade competitiva dos negócios chineses. Ainda assim, mais de 23,5 milhões de chineses trabalham já para as cerca de 10 mil multinacionais existentes na China (Zhibin, 2005, p. 31).

Apesar disso, verifica-se igualmente um crescimento das empresas nacionais, embora a sua maioria não invista internacionalmente, permanecendo essencialmente vinculadas ao mercado doméstico. Além de disporem de capitais limitados, falta-lhes ainda experiência empresarial e a incorporação de tecnologias de ponta. Contudo, é este sector privado, com as cerca de 2,7 milhões de empresas, que conduz a China neste novo rumo, em direcção à riqueza e prosperidade. Actualmente, já representa 15% do PIB (Zhibin, 2005, p. 248).

O sector estatal, embora lentamente, começa a aderir a algumas mudanças do mercado. Porém existem ainda alguns monopólios governamentais como sejam os do sector da electricidade e da água. Trata-se de empresas que servem os interesses do Governo em detrimento das necessidades de mercado. Um débil sector bancário e a necessidade da criação de estruturas quer institucionais, como a assistência social, quer mesmo legais, para suportar um tão rápido crescimento, são alguns dos problemas com que se debate o sector estatal.

Também a corrupção desenfreada constitui um grave problema a enfrentar. De facto, esta assume proporções alarmantes, porquanto é generalizada e enraizada no próprio Governo, muitas vezes sob a forma de suborno. Neste momento ela é um dos principais obstáculos à continuação da criação de riqueza na China (Zhibin, 2005, p. 237).

É um dado adquirido de que cada vez mais somos confrontados com produtos *made in China*⁸². Porém, se atentarmos ao que aconteceu a partir da segunda metade do século passado, verificamos que já tivemos o *made in Germany*, que deu lugar ao *made in Japan*, que por sua vez foi seguido pelo *made in Taiwan* e *Korea*. Neste caso, como explicar então os receios

⁸² Poderemos colocar em causa é se estes produtos, que são efectivamente *made in China*, também são *made by China*.

existentes relativamente à emergência da China. Em nosso entender, o que diferencia esta situação das anteriores tem a ver com a dimensão do fenómeno chinês. Como vimos aquando da análise do factor humano da China, o facto desta possuir uma população numerosa, garante-lhe uma fonte praticamente inesgotável de mão-de-obra permitindo que os operários chineses auferam salários muito baixos, não sendo raro que muitas pessoas tenham de trabalhar sete dias por semana. Um trabalhador chinês ganha entre 5 a 10% do ordenado de um trabalhador norte-americano ou europeu (Bader, 2006).

Mesmo assim, constatamos um enorme fluxo de migrantes para as cidades⁸³ em busca de melhores condições de vida. A numerosa população chinesa, pouco qualificada, terá mesmo de enfrentar as consequências do aumento do desemprego à medida que forem sendo introduzidas novas tecnologias. Um aspecto comprovadamente perturbador para o desenvolvimento chinês é o da sobreprodução. Esta obriga a que se efectuem mais esforços no sentido de fortalecer a própria estrutura de produção, evitando assim uma situação de saturação.

O notável progresso económico da China não está pois isento de dificuldades. A passagem de uma economia centralizada para uma economia de mercado tem os seus desafios. Embora com o rápido crescimento económico, sobretudo a partir de 1992, se tenha registado o aumento dos rendimentos de uma maneira geral, o que é certo é que continuamos a assistir ao aprofundamento do fosso entre pobres e ricos⁸⁴, bem como às assimetrias existentes em termos de desenvolvimento regional. O desenvolvimento económico tem sido, na sua generalidade, muito mais rápido nas províncias costeiras do que nas do interior. Enquanto que as regiões costeiras, com elevada densidade populacional, apresentam altos níveis de rendimento por habitante, as zonas do interior são bastante mais pobres. A disparidade entre as zonas rurais e urbanas é assim considerável. Se analisarmos o PIB *per capita* da China, constatamos que, de acordo com a listagem da CIA, este país ocupa o 118º lugar com apenas 6 300 USD (2006).

O célere progresso económico da China, para além de aumentar o problema da poluição ambiental⁸⁵, com consequências nefastas para a saúde pública, exige grandes quantidades de matérias-primas industriais, água e energia. Em 2003, os Chineses consumiram 7% da produção global de petróleo⁸⁶, um terço da produção de carvão e 40% da produção de cimento (Zhibin, 2005, p. 109). As necessidades de recursos energéticos são um verdadeiro problema para a China. Este facto tem contribuído aliás para o aumento constante do preço do petróleo, devido a

⁸³ Estima-se que 10 a 13 milhões de pessoas por ano se desloquem do meio rural para as cidades (Bader, 2006).

⁸⁴ Estima-se que 10% da população viva abaixo do limiar da pobreza.

⁸⁵ Ver Apêndice E – Mapa da Poluição da China.

⁸⁶ Uma das medidas com que a China pretende reduzir a dependência de petróleo importado é pelo aumento da produção de etanol.

esta mesma procura. Prevê-se que as necessidades chinesas de petróleo tripliquem, exigindo um aumento de 55% das importações (Zhibin, 2005, p. 109). Não é assim de estranhar que os líderes chineses multipliquem as parcerias com potenciais fornecedores, nomeadamente com países da Ásia Central e da bacia do Mar Cáspio, com países do Continente Africano, de que Angola é um caso paradigmático do investimento chinês⁸⁷, e um pouco com a América Latina, como a Venezuela. Assistimos, essencialmente pelos mesmos motivos, a uma maior aproximação da China à Rússia⁸⁸ e ao Irão.

Apesar de, como referimos, a economia chinesa ter vindo a registar médias de crescimento anual elevadas, ela é ainda pequena quando comparada com a dos EUA, da UE ou com a do Japão. Porém, nos últimos 20 anos, a China conseguiu quadruplicar o seu PIB (Bader, 2006). Este crescimento significativo da China pode pôr em causa os interesses dos EUA, da Índia, do Japão, da Rússia ou da UE, pelo que será de esperar uma atitude defensiva por parte destes actores. Aliás esta reacção já é visível com a implementação de medidas proteccionistas, de que o exemplo mais ilustrativo foi o da recente decisão da UE em colocar entraves à exportação de produtos têxteis provenientes da China. Verifica-se como que um retrocesso do que parecia ser o irreversível processo de globalização.

IV.3. Índia

Na década de oitenta do passado século, a Índia possuía mesmo um rendimento *per capita* igual ao da China. Hoje ele é menos de metade do rendimento dos Chineses (Zhibin, 2005, p. 97). No entanto, a economia indiana, após a reforma iniciada em 1991, foi dominada pelo empreendedorismo, sobretudo no que respeita às suas empresas de tecnologias de informação, que são consideradas de topo, baseadas em políticas de baixo custo. É um país em que as suas estruturas económicas estão bem adaptadas às necessidades da globalização.

Contrariamente ao caso chinês, a democracia mais populosa do Mundo, possui um sistema legal e financeiro avançado. De momento, a Índia procura tirar partido dos seus recursos humanos, bem formados e fluentes na língua inglesa, para se tornar no maior exportador de serviços e de trabalhadores de *software*. O comércio internacional está a aumentar, em especial na área dos serviços. A indústria de *software*, com crescimentos de 50% ao ano, está a ganhar clientes no exterior do país, com especial relevância para os EUA (Cohen, 2000).

Não obstante, ocupa apenas o 35º lugar na lista de países que mais exportam, com uns modestos 0,74% da totalidade das exportações mundiais (CIA, 2006).

⁸⁷ Mais surpreendente é a aproximação da China ao Chade que tinha reconhecido a independência de Taiwan, revelando o pragmatismo chinês nas relações internacionais.

⁸⁸ Também devido ao armamento.

A economia da Índia, cujas taxas médias de crescimento anual do PIB são da ordem dos 7% ao ano, não tem tido um ritmo de crescimento ainda mais acelerado devido ao consumo não ser muito elevado. Muitos empresários indianos têm também apontado como uma das causas para a lentidão da expansão dos benefícios económicos, o excessivo controlo burocrático.

Actualmente o PIB da Índia ocupa o 5º lugar a nível mundial com 5,95%. Apesar deste crescimento, 10% da população (mais de 100 milhões de pessoas) ainda vive com menos de 1 USD por dia e 35% das pessoas vive abaixo do limiar da pobreza (Cohen, 2000). A grande vantagem competitiva da Índia, relativamente à China, é a aposta na qualificação dos recursos humanos, preparando-se assim para se tornar num centro global de conhecimento.

O debate político em torno das privatizações continua aceso, refreando assim a iniciativa privada. Apesar de tudo, a economia indiana atingiu um crescimento do PIB de 7,6% em 2005. Todavia, o défice indiano continua elevado, rondando os 9% do PIB. A Índia importa mais do que exporta⁸⁹, dando origem ao seu défice comercial. Este, somado ao défice público, levou a que o Banco Mundial exprimisse a sua preocupação devido a tal conjuntura. As restrições governamentais ao comércio externo, bem como ao IDE, têm vindo a ser atenuadas. Porém as tarifas impostas permanecem elevadas, existindo ainda limites a este tipo de investimento.

No campo da indústria, a de materiais de transporte ocupa lugar de destaque, logo seguida da indústria química. O sector dos serviços constitui-se como uma importante fonte de crescimento para a economia indiana. Contudo, cerca de três quintos da população dedica-se à agricultura, o que obriga a reformas económicas. O problema da fome foi atenuado pela introdução de diversas inovações, nomeadamente pelo avanço das técnicas de irrigação. A industrialização e as reformas na agricultura permitiram o desenvolvimento de uma influente classe média, bem como uma diversificação das exportações, quer de produtos, quer mesmo de mão-de-obra qualificada.

À semelhança da China, as necessidades indianas de recursos energéticos⁹⁰ têm contribuído para a subida do preço do petróleo. Assistimos por isso a uma maior aproximação da Índia à Rússia⁹¹ e ao Irão. Uma outra solução para o problema da carência de recursos energéticos seria apostar mais na geração de energia nuclear, aproveitando o apoio tecnológico dos EUA.

Os maiores parceiros comerciais da Índia, em termos de importações, são a China (6,1%), logo seguida pelos EUA (6%). Exporta sobretudo para os EUA (17%), Emiratos Árabes Unidos

⁸⁹ Com apenas 1,10% das importações mundiais, ocupa o 24º lugar na lista de países que mais importam.

⁹⁰ Estima-se que as importações de petróleo da Índia em 2006 sejam mais que o triplo do que eram há dois anos.

⁹¹ Também devido ao armamento.

(8,8%), China (5,5%), Hong Kong (4,7%), Reino Unido (4,5%) e Singapura (4,5%) (CIA, 2006).

IV.4. Japão

Um elevado sentido ético no trabalho, o domínio das altas tecnologias, uma boa cooperação entre o Governo e a indústria, bem como uma reduzida despesa com a defesa (1% do PIB), parecem ser os ingredientes necessários que fizeram da economia japonesa uma das maiores do Mundo. O Japão, com apenas 2% da população mundial, representa 6,62% do PIB mundial (CIA, 2006), ocupando o 4º lugar na lista de países com o PIB mais elevado. Tal êxito só é possível devido, sobretudo, à produção industrial, alicerçada pela alta tecnologia japonesa e ao seu sector financeiro.

O sector dos serviços é responsável por 58% do PIB nipónico. Já a indústria japonesa representa 40% do PIB, sendo este sector líder nas indústrias automóvel, de componentes electrónicos, de electrodomésticos, de fibras sintéticas e indústria naval.

No entanto, o sector industrial japonês está muito dependente da importação de matérias-primas, bem como de recursos energéticos. Devido à concorrência estrangeira algumas indústrias recorrem à deslocalização para países onde a mão-de-obra é mais barata, como acontece na China.

O Japão comporta-se como uma economia exportadora, com 5,33% das exportações mundiais (CIA, 2006). Gera e acumula conhecimentos tecnológicos, difundindo nos EUA e em toda a Região Asiática as suas competências excepcionais na área da fabricação (Ribeiro, 2000).

Por sua vez o sector primário contribui apenas com 2% para o PIB, estando demasiado protegido e subsidiado. Mesmo assim, o Japão só é auto-suficiente em arroz, importando cerca de 60% dos alimentos que consome.

A falta de recursos naturais, excepto os piscícolas, contribui para que o Japão seja responsável por 4,38% das importações mundiais, pelo que ocupa o 8º lugar na lista dos países que mais importam. Apesar da área cultivada no Japão ser reduzida, importa referir as suas modernas técnicas agrícolas, de que se destaca a produção em estufas. Já as actividades piscatórias têm alcançado níveis elevados de rendibilidade graças a uma indústria pesqueira eficaz, aliada a uma frota moderna, sendo esta responsável por aproximadamente 15% das capturas globais.

As empresas japonesas foram das primeiras a investir em solo chinês. Mesmo antes do início de 1990 a procura na China era mais alta do que a oferta (Zhibin, 2005, p. 225), pelo que se verificou um aumento do preço dos produtos nipónicos.

No Japão, podemos constatar a existência de um movimento proteccionista contra a

entrada de produtos estrangeiros. Contudo, as exportações japonesas para a China têm-se constituído como um factor importante para o crescimento chinês e cumulativamente para a recuperação económica do Japão. Para termos noção da dimensão deste facto, podemos afirmar que, referido ao ano de 2004, as exportações japonesas para a China ultrapassaram quer as para a UE, quer mesmo para os EUA. Nesse mesmo ano, com o auxílio das multinacionais japonesas, a China tornou-se o primeiro país exportador para o Japão, à frente dos EUA (Zhibin, 2005, p. 34). Todavia, as empresas nipónicas receiam a excessiva velocidade do desenvolvimento chinês. Temem sobretudo que os chineses consigam atingir a seu desenvolvimento tecnológico e o seu potencial humano.

Os esforços desenvolvidos pelo Governo entre 2000 e 2003 para revitalizar a economia japonesa não tiveram um êxito significativo, muito devido ao abrandamento das economias norte-americana, europeia e asiática. Já os anos de 2004 e 2005 registaram um crescimento da economia, diminuindo os piores receios de deflação, mas mantendo-se o problema da dívida pública que totaliza 170% do PIB.

Apesar de tudo, a economia nipónica atingiu um crescimento do PIB de 2,7% em 2005, permanecendo ainda como uma das maiores economias mundiais, sendo o consumo interno o seu principal motor. Acumula excedentes comerciais⁹², com os principais países da Região Asiática, ao contrário dos EUA que têm défices com todos eles. É também a economia que mais poupa no “Mundo do Pacífico” (Ribeiro, 2000).

Os seus maiores parceiros comerciais em termos de importações são então a China (20,7%), logo seguida pelos EUA (14%) e a Coreia do Sul (4,9%). Exporta sobretudo para os EUA (22,7%), China (13,1%), Coreia do Sul (7,8%), Taiwan (7,4%) e Hong Kong (6,3%) (CIA, 2006).

O Japão, embora seja um dos principais aliados económicos dos EUA, considera o mercado chinês como sendo uma alternativa, relativamente ao mercado norte-americano. O comércio no interior da Região Asiática é dominado pelo Japão, que representa perto de 50% das trocas comerciais dos países desta zona (Gresh, 2004, p. 22). Porém, apesar do Japão continuar a ser a potência dominante desta região, ele enfrenta já a forte concorrência da China. O seu desafio é o de, sendo um “gigante” económico, deixar de ser um “anão” político-estratégico.

⁹² Na ordem dos 172 mil milhões de dólares em 2004 (FMI, 2005).

IV.5. Rússia

Com o fim da Guerra Fria e a consequente desintegração do sistema bipolar, terminava o projecto da União Soviética. Dos seus escombros restava agora a Rússia. Esta deu guarida à iniciativa privada, desmantelando o seu sector estatal, bem como as suas instituições governamentais. A quebra na produção e a subida da inflação foram as consequências destas medidas.

O radicalismo desta reforma foi de tal ordem que não provocou o efeito desejado do crescimento económico, pelo contrário, os Russos assistiram impotentes a um decréscimo dos seus níveis de qualidade de vida. Contrariamente à Rússia, a China optou, com o êxito que se lhe reconhece, por reformar lentamente o seu sector estatal, abrindo as portas à iniciativa privada, dando prioridade às indústrias média e ligeira e a sectores que provocassem um rápido crescimento económico.

De facto, a transição de uma economia de planeamento central para uma economia de mercado não é um processo elementar. Implica, antes de tudo, uma mudança das mentalidades, sendo necessário transformar uma economia estatal para uma outra onde exista o empreendedorismo. Se não existirem empreendedores, esta transição, pura e simplesmente, não acontece.

Como vimos no segundo capítulo, a Rússia possui grandes reservas de recursos energéticos e minerais, assim como da generalidade das matérias-primas necessárias à produção industrial. Assim, é natural que a sua presença no comércio internacional se faça por via da energia, matérias-primas e indústrias de defesa (Ribeiro, 2000). O seu sector secundário assenta essencialmente nas indústrias ligadas ao fabrico de máquinas, de armamento, de produtos químicos e de produtos têxteis. No sector primário assumem particular destaque a produção cerealífera, a silvicultura e a actividade piscatória.

Nos últimos sete anos a Rússia apresentou um crescimento económico anual de aproximadamente 6,4%. Esta retoma da economia russa pode ser explicada, de uma forma simplista, pelo preço elevado do petróleo⁹³. Isso contribuiu para que tenha o 11º PIB, com 2,62% do total mundial (CIA, 2006).

Contudo, importa mencionar outros factores que têm tido uma importância crescente, sobretudo desde 2000. Estamos a referir-nos concretamente ao aumento da procura por parte dos consumidores e ao maior investimento, pela confiança incutida aos investidores acerca das perspectivas económicas da Rússia, malgrado os problemas relacionados com o frágil sistema

⁹³ No final de 2005 as exportações de petróleo da Rússia contribuíram para o aumento das suas reservas externas de apenas 12 mil milhões de USD para 180 mil milhões de USD.

bancário, a corrupção e a falta de confiança nas instituições. As importações, apesar de terem aumentado, para 1,21% das importações mundiais⁹⁴, mantêm-se abaixo das exportações, o que contribuiu para que a sua dívida externa diminuísse, desde 1998, de 90% para 31% do PIB.

Os recursos energéticos têm sido determinantes para o desenvolvimento económico russo, deixando assim, por essa razão, o país extremamente vulnerável às flutuações dos preços destes recursos. O país necessita pois de modernizar a sua indústria de produção para solidificar as suas bases económicas.

Actualmente assistimos a uma tendência gradual por parte do Governo russo em reassumir o controlo da economia, sobretudo pela concentração dos recursos naturais deste vasto país⁹⁵. Pela sua importância para o desenvolvimento económico desta Região Asiática importa referir o designado Grande Oleoduto Oriental⁹⁶, que com cerca de 5000 km de comprimento, ligará as jazidas de petróleo da Sibéria às zonas industriais do nordeste da China, bem como à Coreia do Sul e ao Japão, diminuindo a dependência destes países às importações de petróleo do Médio Oriente.

Os principais parceiros comerciais da Rússia, em termos de importações, são a Alemanha (15,3%), logo seguida pela Ucrânia (8,8%), a China (6,9%) e o Japão (5,7%). Exporta sobretudo para os Países Baixos (9,1%), Alemanha (8%), Ucrânia (6,4%), Itália (6,2%), China (6%) e EUA (5%) (CIA, 2006). O intercâmbio comercial entre a Rússia e a China tem aumentado consideravelmente, o que possibilitou o estreitamento dos laços cooperativos também ao nível político-militar, contribuindo para a promoção de relações mais estáveis.

IV.6. EUA

Os EUA, com 4,7% da população mundial, produzem 20,9 % do PIB mundial (FMI, 2005). São a economia mais multinacional e organizada de todas as economias desenvolvidas (Ribeiro, 2003). Privilegiam a inovação nos mais variados sectores e actividades, incluindo os mercados de capitais.

A sua presença no mercado mundial e a liderança que suas empresas possuem, é exercida, não só pelas exportações a partir do território americano, mas sobretudo pela actividade das suas filiais no estrangeiro. Os Estados Unidos têm baixos níveis de poupança privada, funcionando como consumidor final. Absorvem uma parte, muito significativa, das exportações de produtos industriais provenientes da Região Asiática. Esta região representa um mercado económico bastante ambicionado para as grandes empresas americanas.

⁹⁴ O que lhe permite ocupar um 21º lugar na lista de países importadores (CIA, 2006).

⁹⁵ Podendo mais facilmente desencadear mais uma “guerra do gás”.

⁹⁶ Cujá construção teve início em Abril de 2006, prevendo-se a conclusão do ramal chinês para 2008.

Os americanos acumulam défices comerciais⁹⁷ elevados, principalmente com o Japão e a China. Estes défices comerciais são sustentados por uma entrada massiva de capitais, oriundos principalmente da Região Asiática e dos países produtores de petróleo do Médio Oriente.

Para permitir a continuação do desenvolvimento económico, quer os EUA, quer os actores da Região Asiática, reconhecem a necessidade da existência de um clima de paz e estabilidade regionais.

Comparativamente com a China, os Estados Unidos possuem apenas 5% da população mundial, para uma produção de 20%, enquanto aquela, para uma população mundial de 20%, apresenta uma produção de 5%. Todavia, são os próprios americanos que reconhecem que as economias da Região Asiática, em particular a da China, têm contribuído para o crescimento global nos últimos cinco anos. A China é já considerada como um dos líderes económicos mundiais. Nesse sentido, o regime de Pequim tem sido pressionado, sobretudo pelos EUA, a adoptar medidas que flexibilizem a taxa de câmbio da sua moeda e que a economia chinesa se oriente mais pelas regras do mercado global. Porém são os próprios Estados Unidos que se preparam para aumentar as taxas alfandegárias sobre os produtos chineses, conscientes da interdependência crescente entre as duas economias.

Os EUA continuam a possuir o domínio da economia baseada no conhecimento, investindo em programas de âmbito científico-tecnológico onde apostam na captação dos intitulados cérebros, designadamente de países como a Índia.

Os americanos detêm um peso significativo na economia da Região Asiática, tal facto pode ser atestado pela sua influência em organizações como a Cooperação Económica da Ásia-Pacífico (*Asia-Pacific Economic Cooperation* - APEC). A APEC⁹⁸ foi criada em 1989 para promover a cooperação económica entre os países da região do Pacífico, sendo o bloco americano liderado pelos EUA. Esta Organização surgiu como resposta ao aumento da interdependência económica existente entre os países da região, garantindo ao mesmo tempo a presença americana na mesma. Os países desta organização pretendem, no fundo, fazer do Pacífico o verdadeiro centro do poder mundial.

Embora haja pressões⁹⁹ para que exista na APEC um diálogo político¹⁰⁰ não se têm ido além da cooperação económica.

⁹⁷ Atingiu os 791 mil milhões de USD em 2005 e prevê-se que atinja os 959 mil milhões de USD em 2007 (FMI, 2006).

⁹⁸ Os países-membros da APEC possuem cerca de 40% da população mundial e representam 45% do comércio mundial. A APEC integra além de países asiáticos e da Oceânia, o Canadá, EUA, Chile, México e Perú.

⁹⁹ Sobretudo por parte dos EUA, Austrália e também do Japão.

¹⁰⁰ Para assuntos como os direitos humanos ou o terrorismo.

IV.7. UE

A União Europeia, constituída por 25 países, com 20,06% do PIB mundial, ocupa o 2º lugar na lista dos países com maior PIB (CIA, 2006). Dominada por cinco grandes economias, quatro delas no centro da Zona Euro¹⁰¹ – Alemanha, França, Itália e Espanha. Estas economias, em conjunto com a do Reino Unido, têm um potencial de crescimento de longo prazo inferior ao dos EUA. Tal facto deve-se sobretudo a perspectivas demográficas e a níveis de produtividade distintos. Importa muitas das matérias-primas que necessita, o que faz dela o segundo maior importador mundial, com 13,61% do total mundial de importações. No entanto, para além de um sector de serviços muito eficaz e desenvolvido, consegue exportar para todo o Mundo uma enorme gama de produtos industriais, de elevada tecnologia. Isso faz dela o maior exportador mundial, com 12,76% da totalidade das exportações.

Convém destacar que, para vários analistas, tanto a UE como a ASEAN pretendem manter um clima de segurança e estabilidade nas suas áreas respectivas.

Naturalmente que não poderemos estender esta comparação a muitos outros factores, dada a disparidade existente entre estas duas Organizações. Aliás, basta referir que a própria UE, e também os EUA, tem tido problemas no relacionamento com a ASEAN, devido a questões como por exemplo o problema do desrespeito dos direitos humanos no Myanmar.

Podemos concluir que a ASEAN e mesmo a APEC dificilmente poderão ser aquilo que é a UE, porque os asiáticos preservam sempre a sua liberdade de acção, além de continuarem a existir desconfianças e divergências entre eles que são muito mais acentuadas do que o são na Europa. Segundo Ferreira, os agentes privados europeus terão certamente interesse em fomentar as relações entre a União e a ASEAN. Todavia a UE terá de enfrentar a concorrência de outros parceiros comerciais, concretamente dos EUA e Japão (2005, p. 247).

Após o 11 de Setembro, verificou-se uma melhoria no relacionamento entre a UE, China e Rússia. Cerca de 30% do petróleo importado pela UE, é proveniente deste último país, bem como 50% do gás natural, embora a União pretenda diversificar as suas fontes de energia, para evitar os efeitos nefastos de uma eventual “guerra do gás”.

A China é um parceiro comercial cada vez mais importante para a UE, veja-se o aumento exponencial do volume de exportações entre ambos, sobretudo nos últimos 15 anos. O comércio entre a Europa e a China tem crescido entre 20 a 25% ao ano.

Porém, no que respeita a questões como a dos direitos humanos ou o embargo de armas

¹⁰¹ Os 12 países da Zona Euro têm 4,9% da população mundial e representam 14,8% do PIB mundial (FMI, 2006).

aos Chineses verificam-se grandes dificuldades em alcançar uma plataforma de entendimento. A China apela insistentemente para que a UE cesse o seu embargo à venda de armas, o que, segundo as autoridades de Pequim, favoreceria as relações comerciais entre estes dois actores. A UE, por sua vez, confirma a sua vontade em prosseguir as conversações conducentes ao levantamento do embargo. Naturalmente que, caso se verifique este levantamento, as relações transatlânticas seriam afectadas, visto que os EUA são a favor da manutenção do embargo, sobretudo devido à questão de Taiwan.

Para a UE a emergência económica da Região Asiática significa efectivamente um grande problema, porque a economia europeia assenta muito no denominado modelo social, o que aliado ao envelhecimento da sua população, diminui de algum modo a competitividade económica da Europa no mercado global.

Contudo, a UE começou a aplicar tarifas aos artigos chineses, sobretudo têxteis e calçado, no âmbito das medidas *anti-dumping*. A União defende que estas não são medidas proteccionistas, tratando-se apenas de uma questão de justiça comercial. Os europeus concluíram que a produção chinesa beneficiou de grandes apoios do Estado¹⁰², o que permitiu a exportação para a Europa de produtos com preços abaixo dos custos de produção, o chamado *dumping*.

Mesmo com as novas tarifas, a tendência é para o aumento das trocas comerciais entre os dois actores, porquanto a China é o segundo maior parceiro comercial da UE, a seguir aos Estados Unidos.

IV.8. Síntese conclusiva

Podemos afirmar que, de uma maneira geral, o crescimento económico nesta região prossegue a bom ritmo, contudo o problema dos inquietantes desequilíbrios socio-económicos e ambientais permanece por resolver.

Dos indicadores económicos atrás apresentados, podemos concluir que, dos actores analisados, o que tem o PIB mais baixo é a Rússia. Ainda assim, este situa-se na 11ª posição a nível mundial, o que revela a preponderância económica destes actores.

De momento, os EUA assumem a liderança da Economia Internacional. Ao mesmo tempo que empresas e consumidores americanos se abastecem de produtos na Ásia e de energia no Golfo, a sua economia gera défices comerciais sistemáticos, mas recebe os rendimentos dos capitais resultantes da actividade das filiais das suas empresas no estrangeiro e atrai capitais de todo o Mundo¹⁰³ devido à inovação, rentabilidade das empresas, diversidade e qualidade dos activos financeiros e dimensão,

¹⁰² Como empréstimos a fundo perdido e benefícios fiscais.

¹⁰³ Para financiar o seu enorme défice de balança corrente, os EUA, necessitam de atrair cerca de 2 mil milhões de dólares por dia (Henriques, 2003).

profundidade e liquidez dos seus mercados de capitais (Ribeiro, 2000). A UE por seu lado tem adoptado uma atitude defensiva face às políticas comerciais agressivas dos países da Região Asiática, nomeadamente da China. Não obstante, as relações comerciais entre a União e a Região Asiática tem conhecido um enorme desenvolvimento.

A ASEAN tem também um papel importante na Economia Internacional. O volume do seu PIB, conjugado com as suas importações e exportações, revelam a importância da actividade económica desta região. Em virtude dos excedentes comerciais resultantes das vendas com os EUA, a ASEAN aplica um grande volume de capitais de curto prazo neste país, como forma de rentabilizar as suas crescentes reservas cambiais. Tendo em conta que os países-membros da ASEAN têm vindo a aumentar o seu comércio com a China, sendo importantes fornecedores de matérias-primas e compradores dos produtos chineses, eles são agora muito importantes para o equilíbrio da economia chinesa.

A China lidera as economias em expansão, tornando-se no centro da, notável e sem precedentes, interdependência económica da Região Asiática (Bader, 2006). Os volumes transaccionados com as economias desta região derivam particularmente da importação de energia e matérias-primas, que regressam sob a forma de produtos. Estes produtos são vendidos em todo o Mundo, especialmente nos EUA.

Como forma de rentabilizar as suas crescentes reservas cambiais, resultantes dos excedentes comerciais com as vendas para os EUA, a China aplica quantidades elevadas de capitais neste país, financiando assim os défices americanos. Pequim associou-se, num curto espaço de tempo, a esta nova realidade do mercado globalizado. O seu crescimento está assim muito dependente dos mercados externos, particularmente do mercado norte-americano. Daí a sua interdependência com a Economia Internacional.

Um dos receios dos países vizinhos da China, é que o desenvolvimento económico desta possa reforçar o seu papel de potência regional dominante, existindo a possibilidade dela se afirmar no futuro por via de políticas nacionalistas. Neste sentido, ela polariza os restantes actores contra si.

Parece claro que, o surpreendente crescimento económico chinês aumentou consideravelmente a capacidade estratégica da China. A China, não possuindo a economia mais importante dos actores em análise, assume especial relevo, muito devido às potencialidades que a projectam para um patamar de paridade, ou mesmo superioridade, relativamente à maior economia de todas, a dos EUA.

A Índia, apesar de ter o seu PIB em 5º lugar, apresenta um fraco desempenho no que respeita às importações e exportações. Isso poderá indicar, que o seu PIB, que representa 5,95% do PIB mundial, é devido principalmente ao consumo interno, resultante do seu elevado número de habitantes. Mesmo assim, assiste-se actualmente a um incremento no número de empresas

multinacionais que estão a instalar-se na Índia, com vista a beneficiar da abundante e altamente qualificada mão-de-obra existente, preparada para os desafios da era da informação. Isso vai naturalmente gerar desenvolvimento e fazer com que as empresas estrangeiras olhem para a Índia como um grande mercado, especialmente nos sectores das infra-estruturas e da energia. Tal como a China, exerce uma grande pressão na procura de recursos energéticos que lhe permitam manter o seu crescimento.

O Japão, sendo a economia que mais poupa, transfere parte das suas poupanças para o exterior, restringindo-se apenas devido ao ónus da sua dívida pública. Os EUA e os restantes países asiáticos são geralmente o destino desses fluxos. O Japão exporta capitais de curto prazo para os EUA¹⁰⁴ e para as economias da Região Asiática, sob a forma de empréstimos bancários a curto prazo.

A Rússia, apesar de ser, dos actores em análise, aquele que apresenta os resultados mais modestos, em termos económicos, não deixa de ter um papel preponderante. Considera-se que a economia da Rússia, assumiu maior relevância na Economia Internacional, sobretudo nos últimos seis anos, devido aos seus recursos energéticos e indústrias de defesa. Estes dois sectores, que são vitais para qualquer Estado, permitem que a Rússia, enquanto fornecedor de energia e armamento a muitos países do Mundo, nomeadamente à Europa e à própria Região Asiática¹⁰⁵, adquira maior poder e influência que extravasa, em muito, a vertente meramente económica.

Podemos assim concluir que existe uma grande interdependência económica entre os actores em estudo neste capítulo. Este relacionamento de dependência mútua pode ser comparado a um intrincado sistema, em que existem fluxos de bens e de capitais, em que a existência de problemas numa parte, tem reflexos no todo. Assim sendo, são considerados actores preponderantes na Economia Internacional, pertencentes à Região Asiática, a ASEAN, a China, a Índia, o Japão e a Rússia. Considera-se validada a Hipótese 4.

¹⁰⁴ Adquirindo títulos do tesouro como contrapartida das suas reservas cambiais maioritariamente expressas em dólares.

¹⁰⁵ Principalmente à China e à Índia, como constatámos no capítulo II.

CONCLUSÕES

O objectivo deste trabalho era o de efectuar uma interpretação geoestratégica das dinâmicas regionais que nos permitissem identificar actores e as suas intenções, prospectivando a Ásia como actor mundial. Depois de escolhida a questão central de saber – *“Em que medida a Região Asiática, identificada no presente trabalho, reúne características que lhe permitam assumir-se como actor preponderante na Economia Internacional”* – estabelecemos as questões derivadas e as hipóteses de investigação. Para validarmos estas hipóteses procedemos a uma análise documental, recorrendo sobretudo a fontes abertas, como os órgãos de comunicação social e a *Internet*. As entrevistas concedidas por personalidades de mérito reconhecido nestas matérias constituíram um importante contributo para este trabalho. O modelo de análise utilizado foi o do estudo dos factores geopolíticos/geoestratégicos considerados mais adequados, assente no método do estudo do Potencial Estratégico. Desta análise resultaram as seguintes conclusões:

- A percepção das mudanças de regime político e das políticas económicas auxiliam-nos na compreensão da situação económica actual da Região Asiática. A China e a Índia, após o início do fenómeno da globalização, implementaram reformas económicas que modificaram profundamente as suas economias, abrindo-as ao resto do Mundo. Já no Japão e na Rússia, estas modificações resultaram principalmente da mudança de regime político, o Japão após a Segunda Guerra Mundial e a Rússia com o fim do regime socialista.

- As relações entre a China e Taiwan, o antagonismo entre a China e o Japão, as pretensões da China, Japão e Rússia relativamente à Península Coreana e as querelas acerca de alguns arquipélagos da região, são exemplos que ilustram bem da existência de um contexto geopolítico e geoestratégico caracterizado por ser uma zona de conflitualidade latente.

No entanto, o facto de ser necessário assegurar alguma segurança e estabilidade, que permitam a continuação do desenvolvimento, inibe aqueles actores de optarem por soluções de maior confrontação. Assistimos portanto a um período de relativo desanuiamento entre as grandes potências desta região, sendo baixo o risco de conflito directo entre elas.

- Os EUA e a UE constituem-se como os principais actores externos na Região Asiática. Os Estados Unidos continuarão a ser essenciais para garantir a segurança e estabilidade da região. No entanto, podem surgir, em determinados períodos, divergências relativas à política externa americana. Nesse caso, a UE, que actualmente desempenha um papel mais discreto, voltado essencialmente para a componente económica, ganha relevância, podendo constituir-se como “reserva” no relacionamento entre os Estados da Região Asiática.

- Existe uma grande interdependência económica entre os actores da Região Asiática e os

EUA e a UE. São assim considerados actores preponderantes na Economia Internacional, pertencentes à Região Asiática, a ASEAN, a China, a Índia, o Japão e a Rússia. O crescimento económico nesta região prossegue a bom ritmo e o volume do seu PIB, conjugado com as suas importações e exportações, revelam o dinamismo da actividade económica desta região.

Por fim, analisando o relacionamento entre a síntese apresentada podemos concluir que, apesar do elevado grau de conflitualidade latente na Região Asiática, os interesses económicos têm permitido uma maior aproximação no relacionamento entre os actores, mesmo entre os que seguem políticas de confrontação. Embora seja inegável a influência que os actores externos analisados exercem sobre a região, o que é facto é que a Região Asiática, muito devido ao seu contributo para a produção da riqueza mundial, se assume cada vez mais como um actor preponderante na Economia Internacional.

Goldman Sachs, considerado o maior banco de investimentos do Mundo¹⁰⁶, atribuiu a sigla de BRIC às maiores economias em desenvolvimento, ou seja, o Brasil, a Rússia, a Índia e a China. Como podemos verificar, dos quatro países, três são asiáticos. De repente estas nações emergiram para o palco mundial.

Para já, como concluímos, é a China que lidera estas economias em expansão. Nesse sentido, consideramos que é o país da região que se encontra nas melhores condições para alcançar uma situação económica de paridade, ou mesmo de superioridade, relativamente à economia dos EUA. O ambiente político existente na China, em que o maoísmo deu lugar ao nacionalismo, tem contribuído para a expansão da sua força produtiva. Podemos mesmo considerar que a preservação de um regime comunista formal é um mero instrumento de poder para manter a coesão do país e para permitir a prossecução das suas políticas de desenvolvimento económico. De facto, estas políticas possibilitaram aumentos ao nível da produção, dos rendimentos familiares e do volume das exportações. O efeito de escala provocado pelo número de consumidores, só por si, transforma a China num mercado atractivo, permitindo-lhe manter o poder de captação de IDE. Todavia, se por um lado é notória a importância do investimento estrangeiro na China, por outro constatamos que começa a ser visível o desejo dos empresários chineses em investir no estrangeiro. O dinamismo do sector privado chinês tem aliás contribuído, em muito, para o crescimento acelerado de uma economia que pode dispor de uma mão-de-obra abundante e barata.

A China dos nossos dias procura garantir um desenvolvimento sustentado, intimamente ligado à Economia Internacional. Ela tem impressionado o Mundo com o seu ritmo acelerado de

¹⁰⁶ Disponível em WWW:

<URL:http://www.bbc.co.uk/portuguese/reporterbbc/story/2006/05/060530_perfilsecretariotesourocg.shtml>.

crescimento económico. No entanto, tal facto acarreta também os seus desafios de que destacamos a sua crescente necessidade de recursos energéticos, embora a China, no sentido de minimizar esta vulnerabilidade, tenha procurado diversificar as origens das suas importações. Outros obstáculos à continuação do crescimento incluem o impacto ambiental, a corrupção e as desigualdades sociais, assim como as assimetrias existentes em termos de desenvolvimento regional.

Apesar de tudo, as reformas introduzidas na China conseguiram catapultar o país mais populoso do Mundo para a ribalta político-económica. A sua emergência económica causa, no mínimo, apreensão. Afinal estamos a falar de um actor que pretende disputar a supremacia mundial.

Linhas de Rotura e de Continuidade

Apresentamos, de seguida, as principais linhas de rotura e de continuidade apoiando-nos no método dos cenários. Este exercício de prospectiva assume particular dificuldade dado o dinamismo que caracteriza esta região. Esta cenarização tem por base o actor China, pelos motivos atrás indicados, procurando evidenciar as repercussões do seu desenvolvimento ou colapso, a uma escala regional e mundial¹⁰⁷.

Cenário 1 – Continuação de “um país, dois sistemas”

Neste cenário, a dúvida que se coloca é de saber efectivamente, até que ponto é possível manter um regime politicamente autocrático a coexistir com um modelo económico de tipo capitalista. O país continuaria a ser uma república popular comunista, em que o primeiro-ministro governaria com uma assembleia nacional. A fórmula “um país, dois sistemas”, já testada com a devolução de Hong Kong e Macau à soberania chinesa, manteria as suas possibilidades de funcionamento.

A China demonstraria que, ao contrário do que habitualmente se defende, é possível existir liberalismo económico e o crescimento de um país, aliado a um regime político formalmente comunista. Ela continuaria o seu crescimento em todas as áreas, e não apenas na económica, de forma paulatina. O crescimento económico serviria de alavanca ao denominado poder nacional abrangente. O tempo e a proverbial paciência dos Chineses conduziriam a China a ocupar um lugar determinante não só no próprio sistema asiático, como também em termos mundiais.

A taxa média de crescimento anual manter-se-ia elevada, na ordem dos 9%, pelo que em 2050 a China seria a maior economia do Mundo. Contudo, para que tal aconteça, teria de reduzir

¹⁰⁷ Para melhor ilustrar estes cenários, ver Apêndice F – Cenários Prospectivos, que contém uma estimativa do PIB dos actores em análise para 2050.

o seu ritmo de crescimento, de forma a poder resolver os problemas que este acarreta, como o da necessidade de recursos energéticos. Seria fundamental implementar as reformas necessárias à separação dos poderes legislativo, executivo e judicial, assim como reestruturar os sistemas administrativo e financeiro. Para incentivar a inovação, ter-se-ia de garantir a indispensável protecção à propriedade intelectual. Concorrentemente com estas reformas internas, no plano externo, a China deveria promover uma maior abertura do seu mercado de modo a intensificar as trocas comerciais, aumentando assim o consumo.

Os restantes países da Região Asiática temeriam cada vez mais esta preponderância económica chinesa, pois muito do investimento que era feito nesses países seria canalizado para a China. Muitas multinacionais seriam deslocalizadas para este país. A ameaça do rápido desenvolvimento económico da China levaria a um ressurgimento de políticas proteccionistas por parte de outros actores internos e externos à região, havendo a possibilidade destes se polarizarem contra a hegemonia do gigante asiático. Uma maior capacidade económica traduzir-se-ia num maior poder e influência na política internacional. Taiwan seria finalmente absorvido pelo poderio económico chinês. Manter-se-iam as parcerias estratégicas já existentes.

Consideramos que este cenário se configura como sendo o mais provável.

Cenário 2 – Implosão e colapso

Segundo uma perspectiva norte-americana, a ameaça principal para os EUA seria o facto da China não prosseguir com as reformas indispensáveis à sustentação do seu crescimento, não encarando os graves problemas que este acarreta. Neste cenário pessimista a China estagnaria o seu crescimento, caso fracassasse na implementação das reformas necessárias. Os resultados seriam desastrosos, prevendo-se um aumento nas diferenças sociais já existentes, com a consequente instabilidade social. A forte contestação político-social que se seguiria, levaria a um declínio abrupto da autoridade do governo central. A China seria então dividida em regiões, pelo que Taiwan seria finalmente independente da China Continental. O Tibete e Xinjiang tornar-se-iam também independentes. As grandes potências da Região Asiática poriam em marcha as suas estratégias de confrontação entre si, e com os EUA, para disputarem o controlo da China. As potências europeias, que já tinham tido influência na região em séculos anteriores, regressariam para procurar colher dividendos. A Coreia do Norte, já sem o apoio chinês, iniciaria o processo de reunificação, tornando-se uma causa de preocupação na região.

Para os actores da Região Asiática com importantes relações comerciais com a China, esta situação teria como consequência uma diminuição das importações chinesas, afectando os sectores exportadores desses países, o que causaria uma natural crise económica. A China deixaria de comprar os títulos aos EUA, pelo que o dólar entraria em queda, provocando uma

depressão na economia americana, o que originaria ondas de choque com alcance global.

Este cenário, que materializa uma verdadeira crise mundial, seria o menos provável.

Cenário 3 – Transição para um regime político democrático

“(…) verificamos que esta nova vaga de iniciativa privada e de espírito empreendedor é um grande passo no sentido da verdadeira revolução.” (Zhibin, 2005, p. 289).

A China está a mudar e não só ao nível do progresso económico. Em 2004 a Lei de Protecção da Propriedade Privada entrou na Constituição chinesa. Em Março de 2005 verificou-se o fim do monopólio governamental relativamente a sectores ditos estratégicos para a economia, como o dos bancos, o das telecomunicações e até mesmo o do petróleo. Existem, actualmente, cerca de 19 milhões de estudantes nas universidades, muitos deles especialistas na área das Tecnologias de Informação e Comunicação.

Neste cenário, o intercâmbio com os países democráticos, aumentaria cada vez mais, não apenas no plano económico, mas também ao nível sócio-cultural. Os valores que regem as sociedades ditas ocidentais seriam então adoptados. Este percurso teria como fim natural, a transição para um regime político democrático. Este novo regime criaria as condições para uma mais justa distribuição da riqueza na China, eliminando assim grande parte das assimetrias actualmente existentes. A força produtiva, já não seria suportada por uma mão-de-obra barata, mas por recursos humanos qualificados, capazes de trabalhar com tecnologias avançadas. A China manteria o seu crescimento económico, embora com ritmos mais lentos do que os do 1º cenário. A razão para tal é porque se registariam subidas significativas no valor dos salários e nos encargos com a segurança social. Contudo, o seu desenvolvimento económico seria muito mais sustentado, pois aumentaria o consumo interno e a iniciativa privada. Em Taiwan o referendo teria como resultado a independência da ilha. As regiões do Tibete e Xinjiang manter-se-iam sob soberania chinesa, mas com um elevado grau de autonomia. A Coreia do Norte, já sem o apoio chinês, iniciaria o processo de reunificação, sendo motivo de inquietação para países vizinhos.

A questão dos direitos humanos não mais seria um entrave nas relações comerciais sino-europeias e americanas e o embargo à venda de armamento à China seria levantado. O IDE cresceria para valores nunca antes registados. Os outros actores internos e externos à região procurariam associar-se ao crescimento económico chinês aumentando a interdependência e cooperação entre si. As disputas territoriais tenderiam para uma resolução pacífica.

Este seria um cenário com um grau de probabilidade intermédio.

BIBLIOGRAFIA

AAVV – **Análise Geopolítica/Geoestratégica dos Estados Unidos da América**. TIG do CEM 2003-2005 (GT 3). Lisboa: IAEM, 2004.

AAVV – **Prontuário da Língua Portuguesa**. Porto: Porto Editora, 2005.

ASSOCIAÇÃO PARA A PROMOÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO – **Glossário da Sociedade da Informação**. Lisboa, 2005.

BADER, Jeffrey – *China's Emergence and its Implications for the United States*, 2006, <http://www.brookings.edu/views/speeches/bader/20060214.htm> . Acedido em 08/10/2006.

BAILEY, Richard – **Problemas da Economia Mundial**. Lisboa: Editora Ulisseia, 1973.

BELEZA, Miguel P. – Globalização, Última Fronteira do Capitalismo, in **Globalização e Democracia: Os Desafios do Século XXI**, F. M. Soares, Lisboa: Edições Colibri, 2001.

BENY, Eduardo – **A Paz e a Guerra nas Novas Relações Internacionais**. Lisboa: Novo Imbondeiro, 2005.

BONIFACE, Pascal – **Atlas das Relações Internacionais**. 3ª ed. Lisboa: Plátano Edições Técnicas, 2005.

BRAILLARD, Philippe – **Teoria das Relações Internacionais**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1990.

BRAVO, Ricardo – **Os investidores institucionais no centro do sistema financeiro Internacional**, 1999, http://www.dpp.pt/gestao/ficheiros/infor_inter_1999_II_II1.pdf . Acedido em 22/06/2006

CARRIÇO, Alexandre – **A China e as Ilhas Spratly: Contributos para a Desmistificação do Modus Operandi de Pequim**. Revista Militar. Lisboa: Empresa da Revista Militar. ISSN 0873-7630. 53:2391 (2001) 317-346.

CARRIÇO, Alexandre – As Abordagens Empíricas de Análise das Relações entre Civis e Militares: O Caso da República Popular da China, in **Revista Militar**. Vol. 58º: Nº 2449/2950 (2006a) 217-247.

CARRIÇO, Alexandre – **De Cima da Grande Muralha**. Lisboa: Prefácio, 2006b.

CARRIÇO, Alexandre – O Embargo de Armas à China: Motivações e Vulnerabilidades, in **Revista Militar**. Vol. 57º: Nº 2443/2944 (2005)

CARVALHO, J. Eduardo – **Metodologia do Trabalho Científico**. Lisboa: Escolar Editora, 2002.

CHIPMAN, Dr. John et al. (2005) – **The Military Balance 2005-2006**. London, International Institute for Strategic Studies, October 2005.

CIA – **World Fact Book 2006 [Offline]**. Washington, DC, 2006. (Disponível na Web em <http://www.cia.gov>)

COHEN, Stephen – **India Rising**, 2000,
<http://www.brookings.edu/views/articles/cohens/2000summer.htm> . Acedido em 14/07/2006.

CONSTÂNCIO, Vítor – Globalização, a aventura obrigatória, in **Notícias do Milénio**. Lisboa: Lusomundo, 1999.

COOPER, Robert – **Ordem e Caos no Século XXI**. Lisboa: Editorial Presença, 2006.

CORREIA, Pedro de Pizarat – **Manual de Geopolítica e Geoestratégia. Vol. II**. Coimbra: Quarteto Editora, 2004.

COUTO, Abel Cabral – **Elementos de Estratégia. Vol. I**. Lisboa: IAEM, 1988.

COUTO, Abel Cabral – **Elementos de Estratégia. Vol. II**. Lisboa: IAEM, 1989.

DEFARGES, Philippe Moreau – **Introdução à Geopolítica**. Lisboa: Gradiva, 2003.

DIAS, Carlos M. Mendes – **Geopolítica: Teorização Clássica e Ensinamentos**. Lisboa: Prefácio, 2005.

DIRECÇÃO DE SERVIÇOS DE PROSPECTIVA – **Informação Internacional: Análise Económica e Política**. Lisboa: Departamento de Prospectiva e Planeamento, 2003.

DUNCANSON, Dennis – *Strategic Tensions in Southeast Asia*. London: The Institute for the Study of Conflict, 1985.

FERREIRA, Maria João Militão – **A Política Externa Europeia**. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, 2005.

FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL (FMI), **Perspectivas da economia mundial**. Washington, 2005, <http://www.imf.org>. Acedido em 05/10/2006.

GILBOY, George - *The Myth Behind China's Miracle*, in *Foreign Affairs*. 83: Nº 4 (2004) 33-48.

GRESH, Alain, [et al.] – **Atlas da Globalização**. 3ª ed. Lisboa: Campo da Comunicação, 2004.

GUIBERT-LASSALLE, Anne - *L'islam et l'État en Asie centrale, bilan d'une relation ambiguë*, in *Défense Nationale*. Nº 2: Fev (2005) 113-120.

HELMINGER, Paul - *The Asian Financial Crisis and its after effects: Sources of the Asian Financial Crisis, its Impact on Emerging Markets and the West, and Policies to deal with that Crisis*, in *NATO Parliamentary Assembly. Economic Committee: Reports adopted in 1999*, Amsterdam: International Secretariat, 1999.

HENDERSON, Jeannie – **Reassessing ASEAN**. New York: Oxford University Press, 1999.

HENRIQUES, João – **O lado negro dos Estados Unidos**, 2003
http://www.clubeinvest.com/absolut/show_futures_technical_analysis.php?id=130 . Acedido em 28/01/2006

HOBBSBAWM, Eric, [et al.] – **O Mundo Depois da Guerra do Iraque**. Lisboa: Relógio D'Água, 2003.

HOGUE Jr., James F. - *A Global Power Shift in the Making*, in **Foreign Affairs**. 83: Nº 4 (2004) 2-7.

HUNTINGTON, Samuel P. – **O Choque das Civilizações**. 2ª ed. Lisboa: Gradiva, 2001.

IAEM, ME 71-00-08 – **Elementos de Análise Geopolítica e Geoestratégica**. Lisboa, 1999.

IAEM, NC 71-00-01 – **Análise Geoestratégica: Subsídios para o seu Estudo**. Lisboa.

IAEM, NC 71-00-15 – **Realidade Geopolítica (As principais teses)**. Lisboa, 2000.

IPCE – **Estratégia**. Vol. XIII, Lisboa: ICPE, 2002.

IPCE – **Estratégia**. Vol. XIV, Lisboa: ICPE, 2003.

IPCE – **Estratégia: Estudos em Homenagem ao Prof. Doutor Óscar Soares Barata**. Vol. XV, Lisboa: ICPE, 2005.

IZRAELEWICZ, Eric – **Quando a China Mudar o Mundo**. Porto: Âmbar, 2005.

JANUS 2003 – **Anuário de Relações Exteriores**. Lisboa: Universidade Autónoma de Lisboa; Jornal Público, 2002.

JANUS 2005 – **A Guerra e a Paz nos Nossos Dias**. Lisboa: Universidade Autónoma de Lisboa; Jornal Público, 2004.

JANUS 2006 – **A Nova Diplomacia**. Lisboa: Universidade Autónoma de Lisboa; Jornal Público, 2005.

KINOSHITA, Toshihiko – *Globalization and Japanese Economy* in **Daxiyangguo: Revista Portuguesa de Estudos Asiáticos**. Nº 6 (2004) 53-60.

LABI, Esther – Atlas do Mundo. Cacém: Texto Editora, 1997.

LAMBALLE, Alain - *L'Asie Demain. Permanences et Mutations*, in **Revue Stratégique**. Nº 84: 4 (2001) 187-192.

LANDES, David S. – **A Riqueza e a Pobreza das Nações**. Lisboa: Gradiva, 2002.

LOPES, José Augusto Amaral – **Objectivos Estratégicos da Política Externa Portuguesa Com a República Popular da China**. TII do CEM 2001-2003. Lisboa: IAEM, 2002.

LOROT, Pascal – **Introduction á La Geoeconomie**. Paris : Edit. Économique, 2000.

LOUSADA, Abílio A. Pires – Uma Visão Geopolítica da China, in **Revista Militar**. Vol. 53º: Nº 2389/2390 (2001) 217-247.

MARTINS, Dora – China: uma emergência pacífica? in **Relações Internacionais**. Nº 10 (2006) 39-52.

MARTINS, José A. Dias – **A Imigração e a sua influência na Segurança do Estado Português**. TILD do CEM 2001-2003. Lisboa: IAEM, 2004.

MATTHEWS, Ron, [et al.] - *The Asian Storm*, in **The International Security Review** 1999, RUSI Studies, London: RUSI, 1998.

MENDES, Nuno Canas – **Segurança e Desenvolvimento Económico na Região Ásia-Pacífico**. Lisboa: ISCSP, 1997.

NEVES, João César das – **Questões Disputadas: 55 Perguntas Sobre a Economia do Nosso Tempo**. Lisboa: Difusão Cultural, 1995.

NOUVEL, Dominique - *Le Fait Nucléaire en Asie*, in **Défense Nationale**. Nº 5: Mai (2002) 136-143.

NYE Jr., Joseph S. – **Compreender os Conflitos Internacionais: Uma Introdução à Teoria e à História**. Lisboa: Gradiva, 2002.

O'NEILL, Tom – A Fronteira Perigosa, in *National Geographic Portugal*. Nº 28: Jul (2003) 2-27.

OPITZ, Peter J. – *China in the Asian-Pacific Region*, in *Aussen Politik*. Nº 39: 1st Quarter (1998) 73-85.

OVERHOLT, William H. – **China: A próxima superpotência**. Lisboa: Difusão Cultural, 1993.

PEREIRA, Alexandre; POUPA, Carlos – **Como Escrever uma Tese, Monografia ou Livro Científico Usando o Word**. 2^a ed. – corrigida. Lisboa: Edições Sílabo, 2003.

PEREIRA, Rui Pedro R. – A Questão do Mar da China no Contexto das Relações entre a China e os Países ASEAN, in *Nação e Defesa*. 109 (2004) 97-122.

PORTO EDITORA – **Dicionário da Língua Portuguesa**. 8^a ed. revista e actualizada. Porto: Porto Editora, 1999.

PORTO EDITORA – **Diciopédia 2006 [DVD-ROM]**. Porto: Porto Editora, 2005.

PÚBLICO – **Livro de Estilo**. 2^a ed. Lisboa: Público – Comunicação Social, SA, 2005.

RAMONET, Ignacio – **O Novo Rosto do Mundo**. Lisboa: Campo da Comunicação, 2004.

RAMPINI, Federico – **O Século Chinês**. Lisboa: Editorial Presença, 2006.

RIBEIRO, José Félix – **O "Mundo do Pacífico" – fluxos de capitais e relações entre moedas**, 2000, http://www.dpp.pt/gestao/ficheiros/infor_inter_2000_I_II.pdf .Acedido em 14/09/2006.

RIBEIRO, José Félix – **Os EUA, o Japão e a globalização**, 2002, http://www.dpp.pt/gestao/ficheiros/infor_inter_2002_I1.pdf . Acedido em 27/09/2006.

RICO, José R. Cano – **Dicionário da Bolsa e do Investidor Financeiro**. Braga: Circulo de Leitores, 2001.

SANTOS, Gen Loureiro dos – **O Império Debaixo de Fogo: Ofensiva contra a ordem internacional unipolar**. Mem Martins: Publicações Europa-América, Lda., 2006.

SANTOS, J. Loureiro dos – **Incursões no Domínio da Estratégia**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1983.

SCOBELL, Andrew - *Is There a Chinese Way of War?* in **Parameters**. Vol. XXXV: Nº 1 (2005) 118-122.

SOMMER, Robin L. – **Nota Bene: Guia de Citações e Frases Latinas Mais Comuns**. Mem Martins: Publicações Europa-América, Lda.

SOUSA, Fernando Alberto – **Dicionário de Relações Internacionais**. Lisboa: Edições Afrontamento, 2005.

STIGLITZ, Joseph E. – **The Roaring Nineties**. London: Penguin Books, 2003.

TACHIKAWA, Kyoichi - *La politique de la Sphère de Coprospérité de la Grande Asie Orientale du Japon*, in **Revue Stratégique**. Nº 81: 1 (2001) 155-165.

TOMÉ, Luís – Gato preto, gato branco: a geoestratégia da China, in **Política Internacional**. Nº 30 (2006) 13-35.

USAWC - **Chinese National Security: Decisionmaking under stress**. Carlisle, PA: USAWC, 2005.

WALLACE, Paul – **Terramoto Geracional: Uma viagem na montanha russa demográfica**. Mem Martins: Publicações Europa-América, Lda, 2001.

WILKINSON, Philip – **História do Mundo**. Cacém: Texto Editora, 1996.

YU, Dong, [et al.] - ***La Cultura China***. Pequim: Ediciones en Lenguas Extranjeras, 2004.

ZHIBIN, Gu – ***Made in China: O Maior Palco da Globalização no Século XXI***. Lisboa: Centro Atlântico, 2005.

Sítios Web

Asian Times online [Consult. 25 Jul. 2006] Disponível na WWW:
<URL:<http://www.atimes.com/index.html>>.

Banco Mundial [Consult. 18 Jun. 2006] Disponível na WWW:
<URL:<http://www.worldbank.org>>.

BBC Brasil [Consult. 31 Mai. 2006] Disponível na WWW:
<URL:<http://www.bbc.co.uk/portuguese>>.

Center for Strategic and International Studies [Consult. 26 Fev. 2006] Disponível na
WWW: <URL:<http://www.csis.org>>.

Centro de Estatísticas da UE [Consult. 16 Jul. 2006] Disponível na WWW:
<URL:<http://Europa.eu.int/comm/eurostat>>.

Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento [Consult. 09 Fev.
2006] Disponível na WWW: <URL:<http://www.unctad.org>>.

Economia Internacional [Consult. 02 Dez. 2005] Disponível na WWW:
<URL:<http://www.economia-internacional.org>>.

Economia Net [Consult. 29 Nov. 2005] Disponível na WWW:
<URL:<http://www.economiabr.net>>.

OMC [Consult. 16 Fev. 2006] Disponível na WWW: <URL:<http://www.wto.org>>.

Organização de Cooperação e Desenvolvimento Económico [Consult. 05 Jul. 2006]
Disponível na WWW: <URL:<http://www.oecd.org>>.

Organização Mundial de Turismo [Consult. 06 Fev. 2006] Disponível na WWW:
<URL:<http://www.unwto.org/facts/menu.html>>.

Rotas da Imigração [Consult. 14 Mai. 2006] Disponível na WWW: <URL:
<http://imigrantes.no.sapo.pt/page3.RotaImigr.html>>.

Secretariado da ASEAN [Consult. 23 Jan. 2006] Disponível na WWW:
<URL:<http://www.aseansec.org>>.

United Nations Economic and Social Commission for Asia and the Pacific [Consult. 16
Mar. 2006] Disponível na WWW: <URL:<http://www.unescap.org>>.

World Resources Institute [Consult. 10 Jan. 2006] Disponível na WWW:
<URL:<http://www.wri.org>>.

Xinhua [Consult. 26 Jun. 2006] Disponível na WWW: <URL:<http://www.chinaview.cn>>.

ENTREVISTAS

Major **Manuel A. Garrinhas Carriço** – Lisboa, 07 de Novembro de 2005

Doutor **Robert Sutter** – Lisboa, 06 de Março de 2006

Tenente-General **José A. Loureiro dos Santos** – Lisboa, 06 de Junho de 2006

Coronel **Tiago Maria R. C. de Almeida e Vasconcelos** – Lisboa, 08 de Junho de 2006

Doutor **Luís Tomé** – Lisboa, 14 de Junho de 2006

Doutora **Ana Bela Bravo** – Amadora, 10 de Julho de 2006

APÊNDICES

Apêndice A

Região Asiática

Apêndice A (Região Asiática)



Fonte: Diciopédia 2006.

Apêndice B

Orçamentos de Defesa e Forças Militares

Apêndice B (Orçamentos de Defesa e Forças Militares)

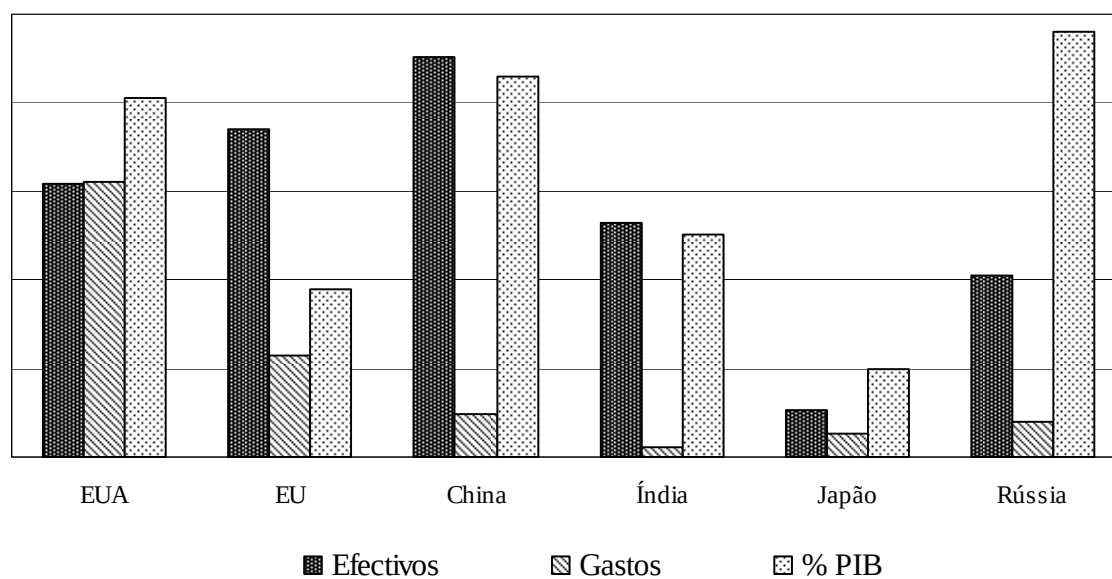
Orçamentos de Defesa e Forças Militares*

	Efectivos**	Gastos***	% PIB
EUA	1 546 372	518,1	4,06
UE	1 850 000	190	1,90
China	2 255 000	81,48	4,30
Índia	1 325 000	19,04	2,50
Japão	260 250	44,31	1,00
Rússia	1 027 000	67	4,80

*Fonte: CIA 2006

** Fonte: Military Balance 2005

*** Em mil milhões de USD, em 2005



Apêndice C

PIB da ASEAN

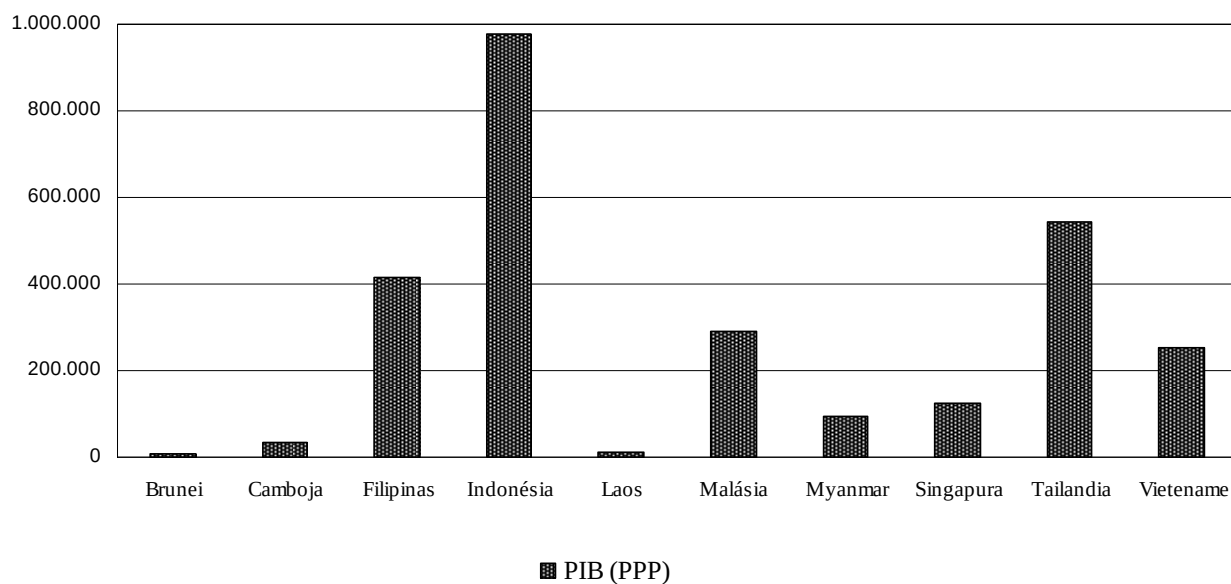
Apêndice C (PIB da ASEAN)

PIB da ASEAN¹⁰⁸

	PIB*
Brunei	9.233
Camboja	34.670
Filipinas	414.705
Indonésia	977.419
Laos	12.547
Malásia	290.683
Myanmar	93.766
Singapura	123.441
Tailândia	544.834
Vietname	251.609

Fonte: FMI 2005

*Em milhões de USD, referido ao ano de 2005



¹⁰⁸ Disponível na WWW: <URL:<http://www.imf.org/external/pubs/ft/weo/2006/02/data/weoselgr.aspx>>.

Apêndice D

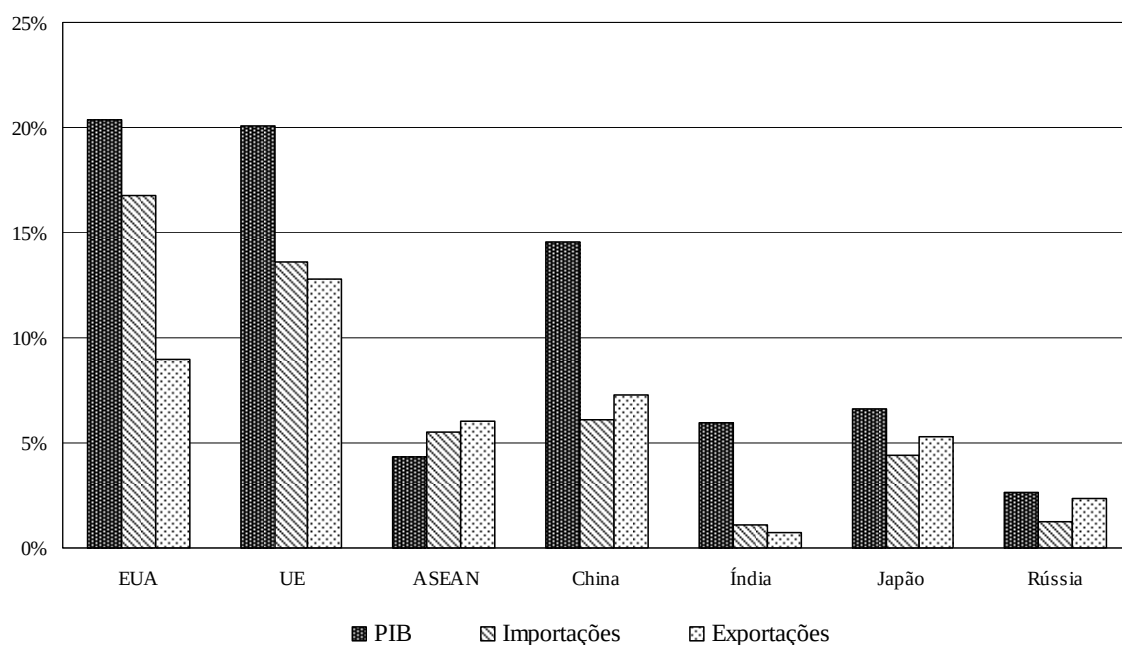
Indicadores Económicos

Apêndice D (Indicadores Económicos)

Indicadores Económicos¹⁰⁹

	PIB (PPP)				Importações		Exportações	
	Valor*	% PIB Mundial	Ranking Mundial	Taxa crescimento (%)	% Importações Mundiais	Ranking Mundial	% Exportações Mundiais	Ranking Mundial
Mundo	60.710			4,4				
EUA	12.360	20,36	1	3,5	16,77	1	8,98	3
UE	12.180	20,06	2	1,7	13,61	2	12,76	1
ASEAN	2.752	4,37	6	5,5	5,48	5	6,06	5
China	8.859	14,59	3	9,3	6,13	4	7,28	4
Índia	3.611	5,95	5	7,6	1,10	24	0,74	35
Japão	4.018	6,62	4	2,7	4,38	8	5,33	6
Rússia	1.589	2,62	11	5,9	1,21	20	2,37	15

* Em mil milhões de USD



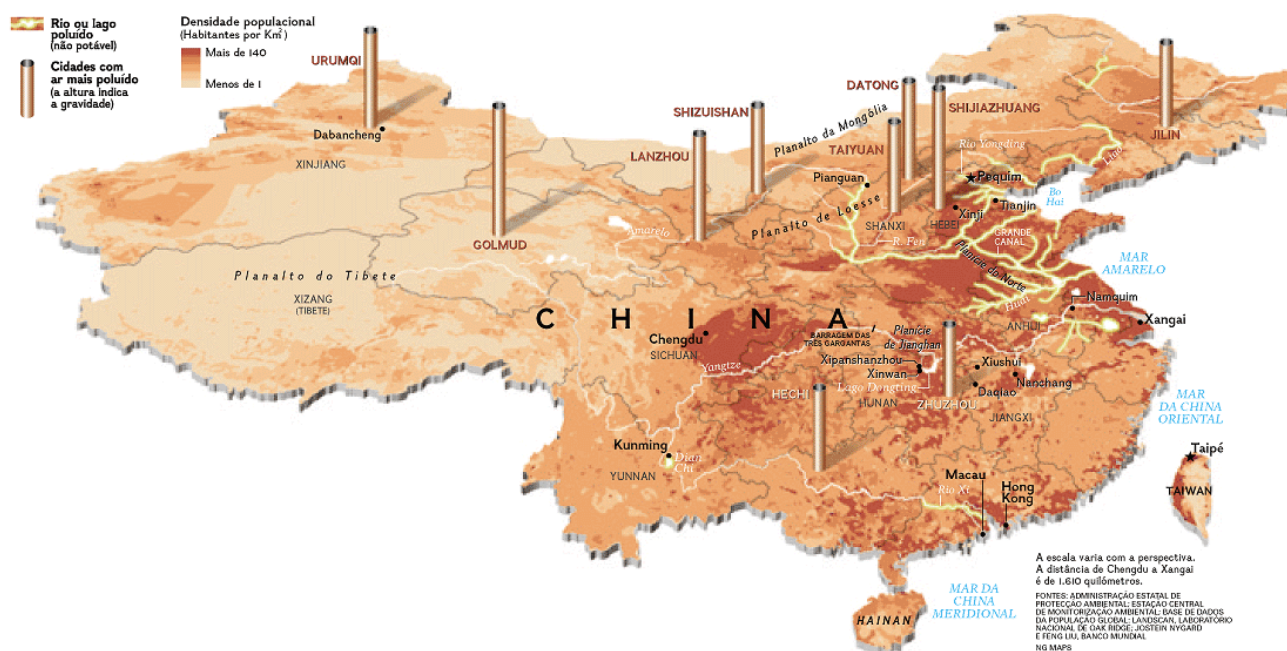
¹⁰⁹ Disponível na WWW: <URL:<https://www.cia.gov/cia/publications/factbook/>>.

Apêndice E

Mapa da Poluição da China

Apêndice E (Mapa da Poluição da China)

Espaços Contaminados



Fonte¹¹⁰: *National Geographic Society*, 2004.

Estima-se que actualmente existam mais de 25 milhões de trabalhadores chineses que contactam regularmente com poeiras tóxicas e outras substâncias perigosas para a saúde.

As cidades chinesas com pior qualidade do ar localizam-se sobretudo no norte, onde as poeiras sopradas pelo vento se combinam com os poluentes industriais. A maioria da população chinesa vive no leste, uma região atravessada por rios gravemente poluídos.

¹¹⁰ Disponível na WWW: <URL:http://www.nationalgeographic.pt/revista/0504/pics/feature7_mapfull_download.gif>.

Apêndice F

Cenários Prospectivos

Apêndice F (Cenários Prospectivos)

PIB em 2050*

	Ano 2005	Ano 2050
EUA	100	100
China	76	143
Índia	30	100
Japão	32	23
Brasil	13	25
Indonésia	7	19
Alemanha	20	15
Reino Unido	16	15
França	15	13
Rússia	12	14
Itália	14	10

Fonte: *The World in 2050, Pricewaterhousecoopers, 2006.*

* PIB em PPP. Estes valores são uma referência comparativa com o PIB dos EUA, que assume o valor 100.

